



UNIVERSIDADE DO MINDELO

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, JURÍDICAS E SOCIAIS

**CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIA POLÍTICA E
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**A POLÍTICA EXTERNA DE UM PAÍS INSULAR E O SEU DESENVOLVIMENTO: O
EMBLEMÁTICO EXEMPLO DE CABO VERDE**

LAVÍNIO ANTÓNIO CONCEIÇÃO DA CRUZ

MINDELO, 2015





UNIVERSIDADE DO MINDELO

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, JURÍDICAS E SOCIAIS

**CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIA POLÍTICA E
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**A POLÍTICA EXTERNA DE UM PAÍS INSULAR E O SEU DESENVOLVIMENTO: O
EMBLEMÁTICO EXEMPLO DE CABO VERDE**

AUTOR: LAVÍNIO ANTÓNIO CONCEIÇÃO DA CRUZ

ORIENTADOR: CARLOS ALBERTO ALVES

MINDELO, 2015

Autor: Lavínio António Conceição da Cruz

Título: A Política Externa de um País Insular e o seu Desenvolvimento: O Emblemático Exemplo de Cabo Verde

DECLARAÇÃO DE ORIGINALIDADE

Declaro que esta monografia é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas, nos anexos e na bibliografia.

O Candidato,

Lavínio António Conceição Da Cruz

Mindelo, 29 de Junho de 2015

"Trabalho apresentado à Universidade
do Mindelo como parte dos requisitos
para obtenção do grau de Licenciatura
em Ciência Política e Relações
Internacionais."

LISTA DE ABREVIATURAS

ACC – Acordo de Cooperação Cambial

ANP – Assembleia Nacional Popular

APD – Ajuda Pública ao Desenvolvimento

BIRD – Banco Internacional da Reconstrução e Desenvolvimento

BM – Banco Mundial

CEDEAO – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

CIADI – Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos

CILSS – Conferência Inter-Estados da Luta contra a Seca no Sahel

CONCP – Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas

CPLP – Comunidade dos Países da Língua Portuguesa

CRCV – Constituição da República de Cabo Verde

EMPA – Empresa Pública de Abastecimento

EUA – Estados Unidos da América do Norte

FMI – Fundo Monetário Internacional

GDP – Gross Domestic Product

GOP – Grandes Opções do Plano

IDA – Associação Internacional de Desenvolvimento

IDE – Investimento Direto do Estrangeiro

LOPE – Lei da Organização Política do Estado

MCA – Millenium Challenge Account

MCC – Millenium Challenge Corporation

MIGA – Agência Multilateral de Garantia de Investimentos

MIRAB – Migration, Remittances, Aid and Bureaucracy

MIREX – Ministério das Relações Exteriores de Cabo Verde

MPD – Movimento Para Democracia

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milénio

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONG's – Organizações Não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PAICV – Partido Africano Para a Independência de Cabo Verde

PAIGC – Partido Africano Para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PAM – Programa Alimentar Mundial

PDM – País Desenvolvimento Médio

PGCV – Programa do Governo de Cabo Verde

PIB – Produto Interno Bruto

PMA – Países Menos Avançados

PROMEX – Promoção do Investimento e das Exportações

RUP – Regiões Ultra Periféricas

SFI – Sociedade Financeira Internacional

SIGOF – Sistema Integrado de Gestão Orçamental e financeira

UA – União Africana

UCID – União Cristã Independente Democrática

UE – União Europeia

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

RESUMO

A investigação analisa a política externa do Estado de Cabo Verde e o que ela representa para o desenvolvimento socioeconómico do país; analisa as posições pragmáticas desde a independência política, em 1975; entender a evolução da política externa cabo-verdiana durante a transição para a democracia, que no plano político permitiu a mudança de regime e no plano económico possibilitou a liberalização económica. Destacando a correlação direta entre a política interna e a política externa; a forma como Cabo Verde usa a imagem positiva que tem no exterior em matéria de democracia, boa governação, respeito pelos direitos humanos, estabilidade política social e a cultura de modo a obter projeção internacional, atrair ajuda e investimentos para o desenvolvimento.

A investigação aborda a diplomacia económica, a diáspora e a sua relevância para o país, assim como o investimento económico e a cooperação na formação superior; realça como é que o Estado tem conseguido aproveitar e capitalizar as oportunidades que lhe têm sido apresentadas, por forma a conseguir desenvolver o país.

Palavras-Chaves: Política externa de Cabo Verde; desenvolvimento socioeconómico; pragmatismo; transição para a democracia; diáspora.

ABSTRACT

The research analyzes the foreign policy of the State of Cape Verde and what it stands for socio-economic development of the country; analyzes the pragmatic positions since political independence in 1975; understand the evolution of the Cape Verdean foreign policy during the transition to democracy, which at the political level allowed the change of regime and economically possible economic liberalization. Highlighting the direct correlation between domestic politics and foreign policy; how Cape Verde uses the positive image it has abroad on democracy, good governance, respect for human rights, political and social stability and the culture in order to obtain international recognition, attract aid and investment for development.

The research addresses the economic diplomacy, the diaspora and its relevance to the country and the economic investment and cooperation in higher education; highlights how the state has managed to harness and capitalize on the opportunities that have been submitted in order to be able to develop the country.

Keywords: Cape Verde's foreign policy; socio-economic development; pragmatism; transition to democracy; Diaspora.

À FAMÍLIA CONCEIÇÃO,

À Olímpia Maria Domingos Conceição e ao José Conceição Barreto (Avós)

In Memoriam

À Maria Auxilia Domingos Conceição (Mãe)

In Memoriam

AGRADECIMENTOS

Primeiramente queria agradecer à Família Conceição, por terem-me ensinado e por eu ter aprendido e apreendido, que tudo na vida é feito de escolhas, é feito de esforço, sacrifício para alcançar as conquistas. Por isso, um muitíssimo obrigado e serei eternamente grato a todos vós. Embora, agradecer por palavras não chega, mas a ficam a saber, que já estiveram, estão e estarão sempre comigo. Amar-vos-ei para sempre.

De igual modo, quero expressar os meus sinceros agradecimentos ao meu orientador, Carlos Alberto Alves, que gentilmente aceitou de antemão orientar-me, na elaboração do respetivo trabalho de conclusão de curso, pela sua disponibilidade, pela sua paciência e pela sua exigência, muitíssimo obrigado Professor.

Quero agradecer também a coordenadora do curso, Risanda Soares, que sempre esteve disponível e aberta, por um C.P.R.I melhor e um melhor C.P.R.I, sinceramente, um muitíssimo obrigado Professora.

Da mesma maneira, que deixarei uma palavra de agradecimento à Senhora Lígia Leite, pela sua gentileza ímpar, e, nas informações preciosas facultadas.

Em último lugar mas não menos importante, à Família C.P.R.I, em especial a Turma Finalista 2014/15, há todos, incondicionalmente, Eternas Saudades.

Muito obrigado!

ÍNDICE

LISTA DE ABREVIATURAS.....	v
RESUMO.....	vii
ABSTRACT.....	viii
AGRADECIMENTOS.....	x
ÍNDICE DE FIGURAS.....	xiii
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	xiv
ÍNDICE DE QUADROS.....	xv
ÍNDICE DE MAPA.....	xvi
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO GENÉRICO DA POLÍTICA EXTERNA DE CABO VERDE.....	5
1.1 A Política Externa de Cabo-Verde nos Primeiros anos Após a Independência.....	7
1.1.2 A Rutura de Cabo Verde com a Guiné-Bissau.....	13
1.2. A Inovação do Regime Político e o seu Impacto na Política Externa.....	16
CAPÍTULO II – A CORRELAÇÃO ENTRE A POLÍTICA INTERNA E A POLÍTICA EXTERNA: A PROJEÇÃO INTERNACIONAL DE CABO VERDE.....	21
2.1. Democracia e a Boa Governação.....	23
2.2. Estabilidade Política e Social Interna à Atração do Investimento Externo.....	31
2.3. A Latitude e a Longitude da Cultura: A Internacionalização da Música cabo-verdiana.....	37
CAPÍTULO III – A POLÍTICA EXTERNA COMO FIO CONDUTOR PARA A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E O DESENVOLVIMENTO DE CABO VERDE.....	42
3.1- A Diplomacia Económica: o Núcleo da Política Externa de Cabo Verde.....	43
3.2 A Relevância das Remessas dos Emigrantes no Desenvolvimento de Cabo Verde.....	48
3.3 A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento de Cabo Verde.....	53

3.3.1 A Cooperação na Educação: A Formação Superior em Cabo Verde	56
CONCLUSÃO	60
BIBLIOGRAFIA.....	63
WEBGRAFIA	66

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Distinção do Presidente Pedro Pires (2001-2011).....	28
Figura 2: Cesária Évora “diva dos pés descalços”	39

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: African governance	30
Gráfico 2: Investimento direto estrangeiro	33
Gráfico 3: Procura turística	35
Gráfico 4: Hóspedes e dormidas segundo Ilhas	36
Gráfico 5: Principais destinos da emigração cabo-verdiana	51
Gráfico 6: Remessas dos emigrantes	52
Gráfico 7: Distribuição de efetivos segundo área de formação	57

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Participação de Cabo Verde na resolução do conflito na África Austral.....	15
Quadro 2: Índices de democracia nos países da CPLP.....	25
Quadro 3: Política Externa de afirmação de Cabo Verde no mundo	42
Quadro 4: Diplomacia ao serviço do desenvolvimento.....	46
Quadro 5: Política Externa de afirmação das comunidades cabo-verdianas no mundo.....	48
Quadro 6: Áreas prioritárias para o desenvolvimento de Cabo Verde.....	58

ÍNDICE DE MAPA

Mapa 1: Localização geoestratégica de Cabo Verde	1
---------------------------------------------------------------	---

INTRODUÇÃO

As ilhas de Cabo Verde foram colónias de Portugal. Foram descobertas em 1460 por António de Noli, genovês ao serviço do Infante Dom Henrique¹, Diogo Gomes, navegador português, e Diogo Afonso, escudeiro do Infante D. Fernando². Dois anos depois, em 1462, Cabo Verde foi habitado. Durante a colonização, as ilhas serviram de entreposto de escravos e de local de abastecimento para navios que navegavam no oceano Atlântico. Na verdade, as ilhas de Cabo Verde despertaram e ainda despertam interesse mundial por causa da sua localização geoestratégica, na encruzilhada atlântica entre a África, a Europa e as Américas, como mostra o mapa.

Mapa 1: Localização Geoestratégica de Cabo Verde



Fonte: Momentos de história

As ilhas de Cabo Verde, consideradas província ultramarina portuguesa desde a década de 50 do século XX, proclamaram a sua independência política em 1975. Nos primeiros cinco

¹ Primeiro duque de Viseu e primeiro senhor da Covilhã. Foi um infante português e a mais importante figura do início da era das Descobertas, popularmente conhecido como Infante de Sagres ou *O Navegador*.

² Segundo duque de Viseu, segundo senhor da Covilhã, primeiro duque de Beja, primeiro senhor de Moura e sexto condestável de Portugal, irmão do rei D. Afonso V de Portugal, foi um exímio militar, aventureiro e navegador português que dirigiu e apoiou várias expedições.

anos da independência (1975-1980), estiveram sob o Governo do partido binacional, o Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC), legitimado pela unidade entre os povos de Cabo Verde e da Guiné-Bissau e tendo como referência política Amílcar Cabral. Na realidade, a unidade durou apenas cinco anos, situação que deu origem, em Cabo Verde, à transformação do PAIGC em Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV), dando seguimento aos ideais defendidos pelo PAIGC.

Durante os primeiros quinze anos de independência (1975-1990), Cabo Verde foi governado pelo PAIGC (1975-1980) e depois pelo PAICV (1980-1990), o único partido legal e aceite na sociedade cabo-verdiana de então. No entanto, em 19 de Fevereiro de 1990, a revogação do artigo 4.º da constituição de 1980, que considerava o partido como força política dirigente do Estado em Cabo Verde, permitiu a aprovação da nova lei eleitoral, a lei dos partidos políticos, que impulsionou, deste modo, a realização das primeiras eleições multipartidárias e democráticas em 13 de Janeiro de 1991.

Sendo Cabo Verde um país insular, com capacidade limitada nos seus recursos naturais e sustentado pela mais-valia da diáspora³, desde muito cedo sentiu a necessidade de estabelecer relações com o exterior. Nesta condição de país insular e em desenvolvimento, Cabo Verde tem recorrido sistematicamente à sua política externa, assente na multiplicação e diversificação de parceiros. Tem procurado a inserção do país em espaços e circuitos económicos dinâmicos, apostando com autêntica vivacidade na sua credibilidade internacional e em tornar o país mais competitivo, de modo a salvaguardar o seu desenvolvimento de forma sustentável.

PERGUNTA DE PARTIDA

Este estudo pretende responder à seguinte questão: Qual o papel da política externa para o desenvolvimento de Cabo Verde? Entretanto, para responder à pergunta de partida, optámos por fazer, primeiro, o enquadramento genérico da política externa para, de

³ Atualmente, é comum, quando se fala da emigração, falar-se da diáspora, que é um termo usado para designar a dispersão dos judeus “exilados/expulsos” da sua terra de origem: Palestina. Mas vários investigadores têm usado este termo para caracterizar a emigração cabo-verdiana para várias partes do mundo. Hoje, já não se fala nos emigrantes cabo-verdianos, mas sim na diáspora cabo-verdiana.

seguida, entrar no conceito em si, segundo a ótica de alguns investigadores, por forma a afunilar o tema em Cabo Verde.

OBJETIVO GERAL

Conhecer e analisar a importância que a política externa representa para o desenvolvimento de Cabo Verde.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Analisar a condução da política externa de Cabo Verde nas relações internacionais.

Identificar os principais eixos da política externa de Cabo Verde e qual o seu papel na projeção internacional e no desenvolvimento do país.

HIPÓTESES:

A política externa é a principal rubrica para o desenvolvimento socioeconómico de Cabo Verde.

A política externa tem sido utilizada como meio para a obtenção da paz e a cooperação para o desenvolvimento socioeconómico de Cabo Verde.

JUSTIFICAÇÃO DO TEMA

Esta escolha deve-se ao facto de o assunto em questão ser considerado um dos temas cruciais no âmbito das relações internacionais, entre os atores internacionais, e por ser pouco estudado em Cabo Verde, podendo servir de fio condutor para novas pesquisas académicas e científicas. A par disso, outra razão para esta escolha prende-se com o facto de ser uma temática pouco estudada, uma vez que a maior parte dos estudos têm como base a política externa das grandes potências, não se fazendo a correlação com os Estados pequenos e insulares, como é o caso de Cabo Verde. No entanto, pretendemos com esta investigação mostrar e dar a conhecer quais foram as linhas seguidas pela política externa do Estado de Cabo Verde, tendo em conta o desenvolvimento socioeconómico do país.

METODOLOGIA

Para levar a cabo a elaboração da monografia, composta por três capítulos, será utilizado o método qualitativo. A fim de aprofundar os conhecimentos sobre o tema e obter respostas para a pergunta de partida, iremos recorrer a técnicas de pesquisa bibliográfica e documental.

O primeiro capítulo da monografia visa conhecer e analisar a política externa de Cabo Verde, tendo em conta os seus momentos determinantes (1975-1990), a posição adotada pelas elites cabo-verdianas face ao meio exógeno – marcadamente bipolar – da época, em plena Guerra Fria. Não descurando a união que inicialmente existia, por intermédio do PAIGC, entre a Guiné-Bissau e Cabo-Verde (1975-1980), bem como as implicações políticas, futuras, aquando da desintegração política de Cabo Verde e Guiné-Bissau, procura-se avaliar se este acontecimento trouxe, ou não, mudanças na condução da política externa do arquipélago. Ainda no primeiro capítulo, serão analisadas as alterações políticas ocorridas interna e externamente e as suas repercussões na política externa de Cabo Verde.

O segundo capítulo procura analisar a correlação existente entre a política interna e a política externa cabo-verdiana, ou seja, como é que Cabo Verde tem usado a sua imagem e reputação de Estado estável e pacífico para absorver e mobilizar investimentos no sentido da prossecução do seu desenvolvimento. Outra finalidade deste capítulo é perceber a forma como os processos resultantes do meio endógeno – como a democracia e a boa governação, a estabilidade política social e a cultura – têm contribuído para levar a cabo políticas com vista ao progresso de Cabo Verde e ao seu reconhecimento internacional.

O terceiro e último capítulo, à semelhança dos anteriores, tem como tema central a política externa de Cabo Verde, considerada o “coração e o pulmão” do desenvolvimento das ilhas, mas ancorando, com maior vigor, o papel da diplomacia económica no centro da política externa do país e não negligenciando, em momento algum, a relevância da diáspora no desenvolvimento do arquipélago. Este capítulo realça ainda a cooperação internacional no domínio da educação, nomeadamente na formação do ensino superior, com a finalidade de capacitar os recursos humanos com vista ao desenvolvimento socioeconómico do país.

CAPÍTULO I – Enquadramento Genérico da Política Externa de Cabo Verde

Este capítulo tem por objetivo definir e enquadrar o conceito de política externa que tem a sua origem no Tratado da Paz de Vestefália, assinado em 1648, para colocar fim a guerra dos trinta Anos que envolveu as monarquias da Europa e considerado um elemento importante para as relações internacionais modernas (Moita, 2012, Capoco, 2013, p.43)

Na realidade, o Tratado de Vestefália marcou as relações internacionais, contribuiu para a definição da noção de soberania dos Estados, que significa um poder supremo na categoria interna e externa. Com esta peculiaridade, passa a existir o Estado que tem os seguintes componentes: o povo; o território e o poder político.

O Tratado de Vestefália proclama que todos os Estados são iguais no que diz respeito a adesão e a vinculação de acordos e tratados internacionais. Não permitindo a interferência nos assuntos domésticos de cada Estado. Na verdade, o tratado simboliza o princípio de uma nova era da modernidade, por extinguir a conexão que havia entre o poder político e o poder religioso. Em termos mais abrangentes, a separação e o equilíbrio de poderes.

Existem várias definições de política externa. Acrescentaremos, a este respeito, que, com a existência do Estado se torna exequível falar da sua política externa, que “preocupa-se, em primeiro lugar, com a manutenção da independência e da segurança do Estado e, depois, com a promoção e proteção dos seus interesses económicos, sobretudo os dos grupos mais influentes”. (Silva, 2012, p. 133)

A política externa, segundo a definição de Sousa (2005, p. 144) “é uma atividade de fronteira cruzando dois ambientes – o interno e o externo. A ação dos decisores políticos situa-se, por isso, na junção destes dois meios, devendo, por isso, gerir os interesses e oportunidades de ambos”. Pode-se, também, considerar outras definições de política externa.

Em primeiro lugar, segundo P.A.Reynolds (cit. in Cardoso, 2011, p. 16), “a política externa pode ser definida como o conjunto de ações de um Estado em suas relações com outras entidades que também atuam no cenário internacional, com o objetivo, inicialmente, de promover o interesse nacional”.

Em segundo lugar, de acordo com Marcel Merle (cit. in Gonçalves, sem ano, p. 8), “a Política Externa é [...] a parte da atividade do Estado que é voltada para fora, isto é, que trata, em oposição à política interna, dos problemas que existem além fronteira.”

Em terceiro lugar, com esta investigação tomámos como base a definição que considera a política externa como “um conjunto de ações políticas desenvolvidas fora das fronteiras territoriais de um Estado, e que têm como finalidade a defesa e a realização dos seus interesses, através da concretização dos objetivos definidos num programa de Governo”. Vítor Marques dos Santos, (cit. in Cardoso, 2011, p. 16). Nesta linha de pensamento, a Constituição da República de Cabo Verde consagra no artigo 185º, o seguinte, “O Governo é o órgão que define, dirige e executa a política geral interna e externa do país”. Mas a própria Constituição proclama no artigo 125º ponto 2, o seguinte, “O Presidente da República representa interna e externamente a República de Cabo Verde”. (Constituição, 2010, pp. 86-116)

Na verdade, existe uma relação entre a política interna e a política externa dos Estados, para a preservação dos interesses nacionais, proibindo a não ingerência nos assuntos internos, procurando parcerias com outros Estados ou organizações internacionais, de forma a primar pela coesão social, paz, desenvolvimento e a segurança internacional.

Em relações internacionais, o conceito de interesse nacional é usado com um duplo sentido: como um instrumento analítico identificador de objetivos e metas da política externa de um Estado e como um conceito abrangente, usado no discurso político, para justificar as opções políticas (Sousa, 2005, p. 105).

No que se refere a Cabo Verde, houve um exercício de uma política externa antes da existência do Estado de Cabo Verde, protagonizada pelo Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC)⁴, que efetuou uma série de ações e negociações externas para a independência política de Cabo Verde e da Guiné⁵.

⁴ A sua denominação inicial era PAI – Partido Africano da independência. Em 19 de Setembro de 1956 o PAI dava lugar ao PAIGC, tendo como patrono Amílcar Cabral.

⁵ Para mais informações sobre as ações e negociações dos movimentos pró-independência africanos, aconselhamos, a consulta da bibliografia *HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA, volume VIII e a CONCP – Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas, o papel da Amália Lopes Fonseca – A CONCP NA PRIMEIRA PESSOA*.

1.1 A Política Externa de Cabo-Verde nos Primeiros anos Após a Independência

Abílio Duarte⁶, eleito Presidente da Assembleia Nacional Popular, em Janeiro de 1975, Ministro dos Negócios Estrangeiros entre 1975-1980, em 5 de julho de 1975 após o anúncio da independência de Cabo-Verde, contagiou assim o povo das Ilhas de Cabo Verde que tinham conquistado a soberania e o reconhecimento internacional. Cabo Verde independente herda uma economia fragilizada e debilitada. É o início de um Estado, em estágio de subdesenvolvimento, considerado

um período difícil, em que todos os relatórios apontavam para a inviabilidade de Cabo Verde, dado a sua exiguidade territorial, existência de poucos recursos naturais, evidentemente por causa da baixa renda per capita. Henry Kissinger, um dos mais conceituados diplomatas do século XX, era muito cético sobre a viabilidade de Cabo Verde. David Hoppfer Almada (cit. in Tavares, 2010, p. 86)

No entanto, era o nascer de Cabo Verde como Estado independente e soberano, membro da comunidade internacional. Era o início do fim da soberania portuguesa nas Ilhas de Cabo Verde. Pedro Pires questionou-se

como é que vamos aguentar no meio deste oceano; se houver alguma invasão, a quem é que vamos pedir ajuda? Não temos Força Aérea, não temos Marinha [...] Para mim, ficou claro que era preciso ter uma política que tivesse em conta essa realidade, para além da nossa fraqueza económica e fragilidade externa [...] (Lopes, 1996, p. 467)

Eis algumas das preocupações que servirão de trampolim, na definição e condução da política externa cabo-verdiana nos primeiros anos da independência. Ou seja, como prioridades para o novo Governo, visto que, Cabo Verde limitado financeiramente, não podia contar com recursos próprios, razão pela qual foi necessário contar com o auxílio externo, mobilizando recursos no exterior.

Os governantes cabo-verdianos mostraram, desde muito cedo, sagacidade e moderação, na orientação de uma política externa que tivesse como pano de fundo a defesa e os interesses do país, em todos os setores. A estabilidade interna foi uma das prioridades, assim como a

⁶ Cabendo-lhe proclamar, urbe et orbi, a independência de Cabo Verde, a 5 de Julho de 1975. Abílio Duarte, Ministro dos Negócios Estrangeiros da República de Cabo Verde, afirmou, “ eu também não fui ensinando a ser Ministro dos Negócios Estrangeiros. Não fomos nós que quisemos tomar a terra?! Olha, então temos que pegar nela e desenrascar-nos!” Jorge Carlos Fonseca (cit. in Gonçalves, 2010, p. 24)

consolidação das instituições estatais recém-criadas, tais como: Empresa Pública de Abastecimento (EMPA), criada em 1975; TRANSCOR (autocarros); SONACOR (reparação mecânica), entre outras, que foram privatizadas depois na década de 90, com a liberalização da economia. Empenhando fortemente na formação de quadros, no combate ao desemprego, no desenvolvimento e na sustentabilidade social e económica.

A política de Cabo Verde estava única e exclusivamente nas mãos dos dirigentes cabo-verdianos, liderados por Aristides Pereira, Secretário-geral do PAIGC (1973-1980) e Primeiro Presidente de Cabo Verde (1975-1991), que não tinham experiência governativa.

Externamente, o país desperta alguma atenção aos EUA, do bloco capitalista/imperialista, e da URSS, do bloco socialista/comunista, por causa da sua localização geoestratégica, que suscitou interesse tanto dos dois blocos antagónicos. Aliás, isto fica evidente quando o secretário de Estado americano da altura, Henry Kissinger afirma que os EUA “ não iria admitir o aparecimento de uma nova Cuba no Atlântico ou, em termos mais explícitos, a «sovietização de Cabo Verde» ” (Lopes, 1996, p. 350)

No mundo bipolar a ideologia socialista/comunista e a capitalista prevaleciam. Assim sendo, o ambiente era de grande desconfiança e tensão, razão pela qual Cabo-Verde optou pela política de não-alinhamento,⁷ para angariar simpatia de cada um dos contendores, procurando apoio financeiro de ambos para a sua sobrevivência. Nascia, deste modo, o pragmatismo e o realismo da política externa de Cabo Verde.

A par da política externa pragmática, prudente, realista podemos adicionar ainda a atitude dos decisores políticos, que partiram da clarividência de que a diplomacia cabo-verdiana deveria defender os interesses fundamentais de Cabo Verde, distinguindo a política externa do Estado com a política ideológica do PAIGC⁸, como mostram as declarações proferidas por Abílio Duarte:

Desde do início tivemos clarividência de que a nossa diplomacia devia defender, em primeiro lugar, os interesses fundamentais de Cabo Verde. Para além de quaisquer motivações de ordem política ou ideológica, a nossa postura é de que não se podia de

⁷ O nome nasce do Movimento dos não-alinhados, antes da I primeira guerra mundial. Um movimento universal e não um movimento africano, que abrangia os países do chamado terceiro mundo, que não alinhavam a favor de nenhum dos dois blocos, nem o capitalista e ou socialista.

⁸ Enquanto o Estado de Cabo Verde adotou a política do não-alinhamento, o PAIGC adotou a matriz ideológica marxista, devido aos inúmeros apoios recebidos pela URSS.

maneira nenhuma nivelar a política externa do Estado com a do partido, não obstante as convergências possíveis. (Lopes, 1996, p. 474).

Apesar do arquipélago de Cabo Verde pertencer ao grupo dos Estados que ascenderam a independência depois da II Guerra Mundial (1939-1945), influenciado e apoiado pelo Marxismo-Leninismo, cuja influência se deu somente no plano ideológico do partido, não interferindo na condução da política externa cabo-verdiana junto dos países ocidentais, situação que permitiu relações de amizade com os mesmos, assim como a política de cooperação e apoio ao desenvolvimento de Cabo Verde, direcionando a política externa subsidiária ao desenvolvimento, o que levou Abílio Duarte a afirmar:

Havia que fazer uma abertura para o relacionamento e cooperação com todos os países do mundo [...] Demos continuidade ao nosso relacionamento com os países escandinavos, estabelecemos relações frutuosas com os EUA, Alemanha, Espanha, França, Benelux e os restantes países europeus, o Brasil e, também, com a África. (Lopes, 1996, p. 476).

Precisamente por este motivo Cabo Verde mostrou pragmatismo, de forma a alcançar a confiança dos seus parceiros. No que diz respeito em transformar as Ilhas numa base militar, a propósito, Silvino da Luz, Ministro da Defesa e Segurança (1975-1980), Ministro dos Negócios Estrangeiros (1980-1991), deputado até 1995, insiste que

Os soviéticos não falavam abertamente no assunto, mas de forma eufemística. Falavam em «porto de descanso» para as suas tripulações ou em «reparação» das suas embarcações [...] Essa foi, aliás, uma época de muito malabarismo. Havia, por um lado, o nosso nacionalismo e, por outro, o pragmatismo de Estado. Não permitíamos que qualquer «amigo» se instalasse aqui. (Lopes, 1996, p. 476).

No mesmo raciocínio segundo Aristides Pereira:

Os soviéticos tinham uma frota de guerra que circulava entre o Cabo e Gibraltar, mas nesta zona do Atlântico, na qual nos inserimos, não tinham nenhum único ponto de apoio e queriam fazer de Cabo Verde esse ponto, coisa que não aceitámos. (Lopes, 2012, p. 362).

Ora, fica explícita, de forma eminente que os líderes políticos repugnavam a ideia de terceiros em utilizar a localização geoestratégica do país para agredir outro Estado. Ressaltando que

a Lei da Organização Política do Estado [LOPE, 1975, um Boletim Oficial, serviu de Constituição temporária, a sua duração era para vigorar por 90 dias, entretanto, acabou

por perdurar cerca de 5 anos] e a Constituição de 1980 [Primeira Constituição de Cabo Verde] eram omissas nesta matéria. Somente com a revisão da Constituição da República de Cabo Verde [CRCV] de 1992, no seu artigo 11º, nº 4, recusava expressamente a instalação de base militares estrangeiras no seu território. (Gonçalves A. M., 2010, p. 30)

Cabo Verde conquista a sua independência política, em 1975, num momento muito agitado da política e economia internacional, isto é, em plena Guerra Fria (1947-1989), período de intensa hostilidade sem guerra efetiva entre a URSS e os EUA, duas superpotências, embora marcado pelo embate geopolítico e geoestratégico.

Na qualidade de Estado recém-independente, Cabo Verde irá dar início a uma série de medidas no âmbito da política externa, no relacionamento com outros Estados, seguindo o princípio da soberania; respeito pelas normas do Direito Internacional; a não ingerência nos assuntos internos; a igualdade e a reciprocidade de vantagens; a defesa dos interesses nacionais, medidas adotadas, que se figuram no contexto da diversificação e multiplicação de parceiros, de forma, a constituir as bases primordiais, no que toca as opções políticas no domínio das relações exteriores.

Necessariamente por causa dessas medidas preventivas é que o Governo cabo-verdiano, de maneira responsável, adota a política do não-alinhamento. Partindo da ideia de que caso alinhassem num dos 2 centros de poder da época, estariam a colocar em causa o livre arbítrio no campo externo e *a posteriori* a própria independência do país,

a situação de conflito em Angola e em Moçambique e os alinhamentos que estes países vão estabelecendo com o «mundo comunista», mas também em relação a São Tomé e Príncipe e a Guiné-Bissau, embora com menor expressão, faz com que Cabo Verde ganhasse, no contexto em análise, uma visível importância estratégica, no quadro do embate Leste – Oeste, em virtude da sua posição geográfica. (Graça, sem ano, p. 215)

Apesar de Cabo Verde ter sido amplamente condicionado, nas suas escolhas externas, devido a conjuntura dual, pelas razões acima citadas, os decisores-políticos agiram de forma indelével face ao meio exógeno da época, retirando proveito da situação em benefício do país, tendo sempre como finalidade os interesses nacionais, conduzindo uma política externa meticulosa, baseada no princípio do não-alinhamento, diante da URSS – E.U.A e seus aliados.

Isto é, tendo em conta o que foi dito, o fio condutor da política externa de Cabo-Verde nos primeiros anos após a independência política reside na procura incessante e contínua de apoios externos, ou seja dos expedientes, dos recursos que o país necessitava para viabilizar o seu desenvolvimento, tendo como meta principal a construção de um país credível e com uma economia sustentável.

Por conseguinte, a afirmação das Ilhas de Cabo Verde no panorama internacional não seria tarefa fácil devido ao conflito ideológico que envolveu os E.U.A, a URSS e seus aliados, fato que teve reflexos na política internacional.

Apesar de tudo, foi adotada uma política externa firme e robusta para a prossecução dos interesses de Cabo Verde, sem descurar as prioridades sociais e económicas, evitando as ajudas com contrapartidas, como mostram as declarações de José Luís Fernandes, Secretário de Estado da Administração Pública e Trabalho (1977-1980), embaixador em Washington (1980-1991) e Presidente do Promex (1991-1995),

Ficou claro que eles [URSS] só nos ajudariam mediante contrapartidas; compreendemos que se aceitássemos, entraríamos na guerra fria. Eles queriam fazer de Cabo Verde uma base e nós dissemos que não aceitámos. A visita desiludiu-nos. (Lopes, 1996, p. 475).

Em termos multilaterais como membro da Organização das Nações Unidas (ONU), Cabo Verde dá início ao desenvolvimento de estratégias e diálogo ancorados na captação e mobilização de apoios externos.

Entretanto, a multiplicação de parceiros permitiu que o arquipélago enveredasse para uma política externa subsidiária e de desenvolvimento, com base na atração e maximização de ajudas externas, tendo como denominador prioritário os interesses do país, como prova de uma gestão responsável foi o destino que o Governo de Pedro Pires deu a ajuda alimentar oferecida pela ONU, no âmbito do Programa Alimentar Mundial (PAM), como forma de rentabilizar a ajuda alimentar financiada pelo PAM, o Governo propôs ao organismo internacional, a venda dos géneros alimentícios, ao invés, de distribuir gratuitamente as pessoas, de forma, a angariar verbas e, deste modo, gerar empregos, estimulando, assim, o desenvolvimento socioeconómico.

Embora o PAM queria que as ajudas alimentares fossem distribuídas gratuitamente as pessoas, no entanto, acabou por aceitar a condição proposta pelo Governo, visto que, o

montante arrecadado seria aplicado na criação de emprego e assim por diante. David Hoppfer Almada (cit. in Tavares, 2010, p. 87)

Cabo Verde independente ganha estatuto de membro de pleno direito da comunidade internacional, como uma nação soberana no sistema internacional, assumindo responsabilidade de zelar para o desenvolvimento social e económico do país, de igual forma, operacionalizando todos os meios disponíveis no auxílio do progresso, bem como a defesa da soberania nacional e a integridade territorial.

Contudo, a chave-mestra para o desenvolvimento do país encontrar-se-ia no exterior. Inclusive, os próprios cabo-verdianos que começaram a emigrar também aperceberam-se disso, assim como os membros do Partido binacional, o PAIGC, por causa das fragilidades internas, específicas do país.

A intenção do Governo centrou as atenções no apoio das suas diretrizes na cooperação externa e na diversificação de parceiros, reiterando os primeiros contatos com outros países que viriam *a jusante* ser os principais parceiros de Cabo Verde, como Estado independente, teve início com os contatos (expedientes) levados a cabo pelo PAIGC na atração de ajudas e parcerias, de forma a capitalizar apoios, influências, tendo em vista a auto-determinação e autonomia dos dois territórios, Guiné-Bissau e Cabo Verde, tendo como referência a luta pela independência política que levaram a cabo e consolidam.

Uma outra preocupação das elites cabo-verdianas da época era a imagem de Cabo Verde no plano exógeno, isto é, mostrar a comunidade internacional que o país é imparcial, com interesse no desenvolvimento social, na defesa da soberania nacional e a integridade territorial, assim como Estado independente viável.

Mas mais ainda, Cabo Verde é a primeira das ex-colónias portuguesas a reestabelecer relações salutareis com a sua ex-metrópole, servindo de intermediária entre este com as outras ex-colónias, em que a cidade da Praia foi palco, a 30 de Setembro de 1976, do primeiro encontro entre os então Ministros dos Negócios Estrangeiros de Angola, José Eduardo dos Santos, e o seu homólogo de Portugal, José Medeiros Ferreira, como podemos ler nas declarações de Abílio Duarte,

nós tivemos clarividência que, apesar dos sofrimentos cruentos motivados pela guerra colonial, apesar de no momento da independência as feridas estarem ainda abertas, havia que [re] estabelecer relações corretas e salutareis com o Governo português, porque

achávamos que isso era do interesse das duas partes, não permitindo que ressentimentos vindos da luta falassem mais alto [...]. (Lopes, 1996, p. 475)

Na realidade, com o restabelecimento das relações com Portugal, Cabo Verde deixa transparecer maturidade e experiência se comparada com a realidade que se vivia na altura. Mas também, faz uso da sua *intelligentsia*, de forma a prever o seu futuro. Ou seja, Portugal tornar-se-ia a rampa do arquipélago rumo a União Europeia (UE). Igualmente, atraindo o maior número possível de parceiros, evitando tomar ou amparar posições ideológicas que prejudicassem esse processo, primando sempre pela imparcialidade e neutralidade, como aliás, Pedro Pires dá conta

era preciso pôr termo a certo verbalismo político em voga, uma vez que Cabo Verde não estava sozinho no mundo e que, para sobreviver, necessitava do apoio dos países tidos como imperialistas ou neocolonialistas. (Lopes, 1996, p. 472)

Partindo de uma postura concisa, pragmática e neutral, para as Ilhas de Cabo Verde lhe valeram prestígio e reconhecimento internacional, que permitiu conquistar parceiros, recebendo ajudas tanto da parte dos países do bloco de Leste, que tinham apoiado o PAIGC durante a luta da libertação nacional, como da parte do bloco do Oeste, como se pode ler nas declarações de Aristides Pereira

Uma das contribuições mais significativas que recebemos logo no início foi da administração Ford, que pôs à nossa disposição uma ajuda escalonada de três milhões de dólares. (Lopes, 1996, p. 474)

Ora, fica explícita que os líderes políticos conseguiram mobilizar apoios tanto do bloco capitalista como do bloco socialista/comunista, partindo do pressuposto de que para a viabilidade do país era preciso a colaboração de toda a comunidade internacional, tendo como fundamento basilar a salvaguarda dos interesses nacionais.

1.1.2 A Rutura de Cabo Verde com a Guiné-Bissau

Em 14 de Novembro de 1980, Pedro Pires exortou a unidade nestes termos: “não pode haver parte que seja desleal. Não pode. No dia em que isso acontece, acaba a unidade” (Lopes, 1996, p. 637). Palavras referidas por Pedro Pires, num comício em que Luís Cabral, Presidente da Guiné-Bissau até 1980, deveria estar *in loco*. Como patronos, repetindo o projeto do Amílcar Cabral, principal mentor da unidade Guiné-Bissau e Cabo Verde, tendo como lema: Unidade entre os povos da Guiné-Bissau e Cabo Verde.

A maior parte dos dirigentes africanos tinha afinidade com o marxismo-leninismo. Por conseguinte, Amílcar Cabral, líder do PAIGC, não constituía exceção, mostrou o seu não alinhamento ideológico.

As intensas relações de cooperação entre os dois países foram desenvolvidas durante este período [1973], tais como reuniões entre as duas assembleias parlamentares, para em comum encontrarem soluções para os problemas. Estas relações institucionais entre os dois países, não aconteciam unicamente no plano interno, mas também no plano externo. Por exemplo de 1975-1980 funcionou em Lisboa a casa da Guiné- [Bissau] e Cabo Verde, a mas antiga associação que representou os dois países, e que só veio mudar de paradigma de representação com a rutura política de 1980, existindo hoje em Lisboa a associação Cabo-verdiana de Lisboa. (Tavares, 2010, p. 85)

No entanto, essa unilateralidade somente perdurou por 5 anos, isto é (1975-1980). Devido ao golpe de Estado levado adiante, por João Bernardo Vieira, também conhecido por Nino, guineense que depôs Luís Cabral do poder através do golpe de Estado em 1980. Sendo assim, a 20 de Janeiro de 1981, a rutura culmina na alteração, do PAIGC⁹ com a proclamação pública e oficial durante um comício do novo partido, Partido Africano Para a Independência de Cabo Verde (PAICV).

Consequentemente, as relações com a Guiné-Bissau foram restabelecidas em junho de 1982, em Maputo, durante a cimeira de reconciliação entre Aristides Pereira e Nino Vieira, mediada por Samora Machel, Presidente de Moçambique (1975-1986), situação que permitiu a Guiné Bissau e Cabo Verde reestabelecerem relações diplomáticas, comprometendo-se a resolverem as questões pendentes, de modo a relançarem a cooperação bilateral. No que diz respeito a questão pendente trata do fato do partido guineense conter na sua sigla o “C” de Cabo Verde, o que, da parte cabo-verdiana, foi vista como afronta e uma flagrante violação das regras de direito internacional. (Lopes, 1996)

Ora, partindo do posicionamento de como Cabo Verde se posicionou nas relações internacionais permitiu manter relação com as duas superpotências atrás mencionadas, situação que permitiu o reconhecimento internacional, a partir do envolvimento de Cabo Verde na busca de uma solução para o conflito da África Austral. Foi no território cabo-verdiano que decorreram alguns encontros entre os líderes políticos de vários países no

⁹ O PAIGC vem do P.A.I. Do meu ponto de vista, o que era preciso conservar era o P.A.I. O resto era Cabo Verde, Pedro Pires. (Lopes, 1996).

intuito de zelar pela paz na região da África Austral, como se pode constatar no quadro que se segue.

Quadro 1: Participação de Cabo Verde na resolução do conflito na África Austral

DATAS	ASSUNTOS
20 De Dezembro de 1983	O Presidente da República de Cabo Verde, Aristides Maria Pereira, foi designado pelos chefes de Estado presentes em Bissau na IV Conferência dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) coordenador da ação político-diplomática dos cinco respeitantes a África Austral.
19 De Janeiro de 1984	No intuito de dar continuidade às negociações de paz, uma delegação angolana, chefiada pelo vice-ministro das Relações Exteriores, Venâncio de Moura, reuniu-se na cidade do Mindelo em São Vicente com uma delegação norte-americana chefiada pelo subsecretário de Estado para os assuntos africanos, Frank Wisner, e com o Ministro dos Negócios Estrangeiros sul-africano.
22 e 25 De Julho de 1984	Também em Mindelo, a South-West Africa People's Organisation (SWAPO), representada por Sam Nujoma, reuniu com Willie Van Nickerk, o administrador-geral na Namíbia, sendo a primeira vez que a África do Sul aceitou discutir diretamente com a SWAPO. Estiveram presentes neste encontro o Ministro do Interior da República Popular de Angola e o referido Subsecretário de Estado dos EUA para os assuntos africanos.
30 De Outubro de 1984	O Subsecretário de Estado adjunto norte-americano para os assuntos africanos, Chester Crocker, fez uma visita de trabalho a Cabo Verde, cujo objetivo era inteirar sobre o processo de paz na África Austral junto dos dirigentes cabo-verdianos. Nessa visita o referido Subsecretário encontrou-se com o então Presidente da República Aristides Maria Pereira e com o Ministro dos Negócios Estrangeiros Silvino da Luz, onde abordaram a questão da evolução política na região africana e a forma de encontrar uma via pacífica para a solução do conflito na África Austral. E um ano depois o referido Subsecretário de Estado adjunto norte-americano para os assuntos africanos e uma delegação chefiada por Alexandre Rodrigues (Kito) reuniram-se em Mindelo para apreciar as posições sul-africanas à proposta global angolana.

Fonte: Gonçalves, 2010, pp. 35-37

Na mesma linha, os esforços da diplomacia cabo-verdiana permitiram que, em 1981, Aristides Pereira fosse convidado para ser porta-voz do grupo africano na Conferência Mundial dos 21 Países Menos Avançados (PMA), que teve lugar em Paris; de igual forma, Cabo Verde organizou, em Janeiro de 1982, a Conferência Inter-Estados da Luta contra a Seca no Sahel (CILSS) e um ano mais tarde, em 1983, por ocasião do décimo aniversário da morte do Amílcar Cabral, o Simpósio Internacional dedicado à sua obra, simpósio esse que é, ao fim e ao cabo, situado numa investida diplomática. (Lopes, 1996, p. 679)

1.2. A Inovação do Regime Político e o seu Impacto na Política Externa

Os primeiros sinais de mudança na política de Cabo Verde surgem em finais da década de 80, isto é, em 1988, período em que tem lugar o III Congresso do PAICV, assim como a criação de mecanismos que estimulassem o investimento, promovendo o desenvolvimento industrial, de modo a dinamizar o setor exportador de Cabo Verde, bem como outras atividades económicas.

Em Dezembro de 1989, a cidade da Praia acolhe a cimeira dos cinco, conhecido por Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), herdeiros da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), formado por Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Outro acontecimento, para Cabo Verde, foi a visita do Papa João Paulo II, em Janeiro de 1990, que representou um marco histórico para o arquipélago,

No entanto, um ano e meio depois [do III Congresso de 1988] mais precisamente a 19 de Fevereiro de 1990, e tendo como pano de fundo o desmoronamento dos regimes do leste europeu, o Conselho Nacional do PAICV anuncia, pela voz de Pedro Pires, a abertura política. Em Setembro, é revogado pela ANP o artigo quarto da constituição e aprovada a nova Lei eleitoral, bem como a Lei dos partidos políticos. (Lopes, 1996, p. 695)

No ano em que o Papa visitou Cabo Verde foi criado em Cabo Verde o Departamento para a Promoção do Investimento e das Exportações (PROMEX), com

a finalidade de encorajar o investimento do exterior. Promovendo o desenvolvimento da indústria turística e dinamizar o setor exportador de Cabo Verde. Competia ainda a este departamento governamental fazer estudos e ações de promoção. Fornecendo assistência aos investidores, formação e informação. (Gonçalves, 2010, p. 40)

Associado aos fatores internos que estiveram por detrás da abertura política temos a pressão dentro do PAICV em rede conexa estão os fatores externos. Poucos não foram os motivos para a abertura política. A nível externo a diáspora cabo-verdiana sobretudo intelectual, começa a manifestar repúdio contra o regime vigente na altura em Cabo Verde.

A União Cristã Independente Democrática (UCID), criada na Holanda, teve aqui um papel muito importante. Com a Alemanha reunificada e a desintegração da URSS, Cabo Verde iria acolher a terceira vaga da democratização (Évora, 2004). Com a adoção da democratização, Cabo Verde, consolida a sua inserção na senda internacional, merecendo confiança das instituições e parceiros ocidentais, partindo do pressuposto de que onde existe o regime democrático existe condições mais fiáveis e cooperativas para a consecução da paz.

Durante a transição democrática Cabo Verde foi palco de acontecimentos domésticos, designadamente as crises no interior do partido, as manifestações na Ilha do Maio, bem como as revoltas estudantis na cidade do Mindelo. A nível externo destacamos a reunificação alemã, a mundialização, o desmoronamento da URSS, o fim do regime Apartheid na África do Sul, o fim do sistema bipolar e o princípio do sistema unipolar.

A dissolução da União Soviética, o aparecimento dos Estados Unidos [da América do Norte] como a única super potência fez com que este pressionasse os países a entrarem numa onda de democratização. Os países do terceiro mundo, para continuarem a beneficiar de ajuda tiveram que optar pela alteração do seu sistema político. (Cardoso, 2011, p. 32).

O teor central incidia nas ajudas externas ao desenvolvimento, visto que, já não podiam contar com as ajudas da URSS. Restando-lhe apenas as benesses das potências ocidentais. Com as mudanças internacionais foi necessário levar a cabo um reajuste da política interna de Cabo Verde, podendo não ter sido a principal provocadora do processo da transição política, mas, que teve a sua quota-parte, como reconheceu Aristides Pereira, para se proceder à abertura política “Verdadeiramente, do exterior, não. A pressão era interna.” (Lopes, 2012, p. 348)

Na verdade, a abertura política e a transição para a democracia não foi apenas resultado da pressão interna. Foi um processo interno e externo em simultâneo com a vontade política do PAICV. No III Congresso, em 1988, de acordo com Aristides Pereira

O objetivo era fazer a abertura e avançar para o pluralismo político. Com isso, haveríamos de adquirir muito mais prestígio. Embora tenhamos feito uma transição que tem merecido palavras elogiosas de muita gente, nessa altura seria uma coisa extremamente diferente. Seríamos o país de África que deu o mote. Hesitamos e é o que se sabe. (Lopes, 2012, p. 344)

A primeira eleição multipartidária, realizada em 13 de Janeiro de 1991, deu início ao processo da terceira vaga da democratização, tendo permitido o aparecimento do maior partido da oposição, o Movimento Para Democracia (MPD), que venceu as eleições, realizadas num clima de paz, facilitadas pela convergência ideológica popular.

O MPD com uma orientação ideológica diferente do PAICV desenvolveu a sua diplomacia com diversos países, dando seguimento à política externa iniciada pelo PAIGC/CV, sobretudo no que toca a multiplicação e diversificação dos parceiros.

A alteração levada a cabo pelo MPD no texto constitucional de 1992 em matéria de política externa de Cabo Verde, isto é, no tocante aos direitos humanos a cultura da paz e a sobrevivência económica do país, assim quanto a pertinência em projectar em Cabo Verde um Estado pacífico e democrático. Por causa das peculiaridades do país é possível vislumbrar ao redor dos partidos políticos em matéria da política externa que o interesse nacional se encontra numa perspetiva supra e as divergências ideológicas numa perspetiva infra.

Com a abertura política e a transição para a democracia, Cabo Verde torna-se regido por um Estado de direito democrático, com um regime constitucional pluralista baseadas em eleições livres e temporais, bem como na alternância do poder. Ficando assim, os governantes submetidos a avaliações periódicas perante a sociedade cabo-verdiana.

Com a implantação da democracia em 1991, a definição da política externa do arquipélago passou a orientar-se essencialmente pelos programas e relatórios de atividades do Governo e pelos principais vectores do programa dos sucessivos Governos. (Gonçalves, 2010, p. 42)

Tendo em conta a citação anterior, fica patente a ideia de que o regime político poderá ser um determinante na condução da política de um país, nesse caso a política externa de Cabo Verde. Sendo assim, pode-se inferir que o regime democrático em Cabo Verde é um dos pilares de extra relevância para a definição e a execução da política externa do arquipélago. Mas mais ainda, o partido que sustenta o Governo (situação) a par e passos os partidos da

oposição, sobretudo, aqueles com assento Parlamentar, gozam de um papel crucial na definição e execução da política externa, fiscalizando e dialogando com o Governo em prol do elo comum que é o interesse nacional. Ou seja, uma política externa que vá ao encontro do pragmatismo. Que não menospreze a real conjuntura internacional, tendo em conta.

- a) Uma Diplomacia ao serviço do desenvolvimento na era da globalização;
- b) Uma política externa de afirmação de Cabo Verde no mundo;
- c) Afirmação das Comunidades cabo-verdianas no exterior.
- d) A cultura e desporto. Estes quatro eixos da política externa têm um objetivo em comum - a prossecução do desenvolvimento económico, político e social do arquipélago. (Governo, 2006, pp. 95-99)

A adoção de uma política de paz, em nome de um ambiente pacífico, sempre foi tida como prioritária para Cabo Verde, sobretudo em África, constituindo, assim, um distintivo inquestionável do país, marca da política externa de Cabo Verde, é a diplomacia do desenvolvimento, ideia que perdura desde da independência, em 1975, impulsionada pelo primeiro encarregado da pasta dos Negócios Estrangeiros, Abílio Duarte.

Instaurada a democracia, houve uma maior inserção de Cabo Verde na economia mundial, o que facilitou as negociações com as instituições financeiras internacionais, nomeadamente com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM). Foi, também, o início do processo da descentralização política e administrativa, pela via das Autarquias Locais, sujeitando a sociedade civil a uma maior participação nos assuntos públicos, situação que contribuiu para uma maior democratização da política externa, se comparada com o regime antecessor em que tudo era da competência do partido no poder, assim como permitiu uma maior participação dos emigrantes nos assuntos do país, através dos dois deputados eleitos pelo círculo da diáspora.

Por conseguinte, a política externa de Cabo Verde na década de 90, assume contornos ousados e cada vez mais voltada para a abertura do país ao mundo, em que uma das características foi a diplomacia económica, acompanhada pelo incremento das privatizações das empresas estatais, que beneficiou a inserção do país na economia mundial liberal, num contexto cada vez mais interdependente e globalizado, atraindo investimentos privados para as Ilhas de Cabo Verde.

Com a instauração do regime democrático, Cabo Verde assina o Acordo de Cooperação Cambial (ACC) com Portugal, no dia 13 de Março de 1998, com objetivo de preservar a

paridade fixa entre a moeda cabo-verdiana e a moeda portuguesa, que desde de 1 de Janeiro de 1999 passou a ser o euro, fomentando a crescente aceitação interna e externa do escudo cabo-verdiano, não apenas com Portugal mas como na zona euro.

Para concluir o capítulo I é importante destacar que com o Tratado de Paz de Vestefália de 1648, as relações internacionais ganharam mais vigor, ao proclamar a importância da soberania nas relações além fronteira. Com a independência política, em 1975, Cabo Verde passou a fazer parte do sistema internacional como Estado independente, soberano, com a capacidade de conduzir a política externa.

Não foi fácil Cabo Verde levar a cabo a sua política externa, devido aos desafios que teve que enfrentar como país independente, por causa da inexistência de uma constituição que norteasse o arquipélago no sentido de o tornar viável. Também porque a independência de Cabo Verde foi conquistado num momento muito conturbado da história mundial, por causa do embate geopolítico e geoestratégico entre os dois blocos políticos e seus aliados (EUA e URSS).

Cabo Verde resistiu as influências políticas dos dois blocos antagónicos da época, insistindo na condução de uma política externa pragmática, de abertura ao mundo não-alinhado, tema que merece ser aprofundado e estudado. Na verdade, a sobrevivência do Estado independente esteve dependente da conduta adotada pelos decisores políticos, tanto na condução da política interna e na política externa. Se a diplomacia falhasse a subsistência do Estado estaria posta em causa, por causa da dependência externa e dos apoios externos.

Constata-se ainda que os interesses nacionais estiveram sempre no nível supra das vontades do PAIGC/CV e do MPD, porque as dificuldades que o país tinha que enfrentar enquanto Estado independente eram mais relevantes que a ideologia dos partidos políticos. Um outro ponto que merece ser referenciado é a cisão entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde, em 1980, com o golpe de Estado perpetrado por Nino Vieira, que rompeu com a unidade que existia, levou a que em Cabo Verde o PAIGC passou a chamar-se PAICV, dando continuidade a linha ideológica do PAIGC, tendo como referência Amílcar Cabral.

Por fim, a elaboração e aprovação da primeira constituição da República de Cabo Verde, em 1980, foi uma mais-valia para o país, apesar da abertura política e consequentemente

transição para a democracia ter sido o *handicap* na reafirmação de Cabo Verde como membro de pleno direito da comunidade internacional.

CAPÍTULO II – A Correlação entre a Política Interna e a Política Externa: a Projeção Internacional de Cabo Verde

Neste capítulo pretende-se compreender a correlação direta e interdependente que existe entre a política interna e a política externa cabo-verdiana, bem como a importância que os governantes lhes têm atribuído, tendo em conta o desenvolvimento sustentado de Cabo Verde.

Para (Tavares, 2010, p. 155) um Estado com uma má política interna onde reina o desrespeito das leis constitucionais, inexistência ou negligência aos direitos humanos, ausência da democracia, corrupção [*sic*] o desvio dos fundos públicos propicia a incredibilidade além fronteira, com repercussões nefastas para a política externa. Devido ao grau de dificuldade em acertar e concertar junto aos parceiros e as instituições internacionais, não conseguindo capitalizar investimentos externos para o desenvolvimento e o bem igualitário.

Alguns Estados não conseguem credibilizar-se por causa das suas debilidades, anomalias atípicas por constituírem ameaças a segurança e a estabilidade, não só, a nível regional mas ao mundo. Os Estados com as características acima referidos são apelidados de Estados Falhados e Párias.

No entanto, existem Estados credíveis que exercem e que gozam de um bom historial político, económico e social, como é o caso do arquipélago de Cabo Verde, que cativa e conquista parceiros internacionais. Um bom Governo segundo Tavares (2010) não é só aquele que acata as leis e que prima para a máxima realização dos desideratos dos cidadãos, mas, também, tem que ser sagaz, na arte de bem governar, isto é, um bom Governo tem que dominar conhecimentos que englobam vários ramos do saber, de modo a permitir uma administração política, económica, social, cultural, etc..

Partilhamos da ideia de (Tavares, 2010) quando afirma que uma boa governação extravasa os assuntos internacionais, uma vez que as questões internas e externas por si só estão correlacionadas devido a razão causa efeito. O interno e o exterior convergem, deste modo,

uma vez que é a partir das decisões intrínsecas de cada Estado que se compreende as flutuações extrínsecas nas relações internacionais, sobretudo dos pequenos Estados.

A política externa cabo-verdiana foi sempre uma prioridade para os governantes, que nos seus programas têm apresentado um leque de alternativas de desenvolvimento, tornando Cabo Verde um caso peculiar onde a política interna e a política externa se complementa, tendo em atenção os interesses nacionais e a procura de apoios e recursos além fronteira.

Os Governos de Cabo Verde (PAICV e MPD) nos seus programas têm procurado dar uma dimensão internacional as estratégias de desenvolvimento, através de reformas e políticas adjacentes as condicionalidades dos países doadores, de maneira, a contribuir para a sua projeção e afirmação no mundo. O programa do Governo da VII legislatura impele

a crescente afirmação de Cabo Verde no plano internacional pressupõe uma clara articulação entre a política interna e a política externa, de modo, a que o interesse nacional possa ser devidamente equacionado, promovido e defendido em tudo quanto seja posicionamento externo do país. (Governo, 2006, p. 94)

A articulação entre a política interna e a política externa torna-se assim, o principal ingrediente para que o país possa maximizar os benefícios no exterior e por conseguinte alcançar o patamar de desenvolvimento almejado; visando a valorização de Cabo Verde a nível internacional, diante aos seus parceiros externos que na sua amplitude são os países ocidentais, designadamente os EUA e a União Europeia.

Assim, a política externa cabo-verdiana surge como uma ferramenta para se atingir as metas internas traçadas, como afirma Tavares “se um Estado não dispõe de muitos recursos internos, deve apoiar-se na sua política externa de forma a colmatar esta ausência de recursos.” (Tavares, 2010, p. 16)

Através de parcerias e de cooperação, seja por intermédio dos países desenvolvidos ou mesmo as instituições internacionais, de modo, a conseguir ajuda externa, atrair investimentos estrangeiros, de igual forma, a concessão de empréstimos.”

A opção por uma política de paz com base em princípios universais, a gestão responsável e sustentável dos recursos externos, bem como a promoção do investimento estrangeiro, entre outros, são assuntos que postulam no meio interior e o exterior.

Para Neves (2010), por causa da dependência económica do exterior a margem de manobra de Cabo Verde intervir e de influenciar nas decisões internacionais é limitada, mas, também

isso se deve a sua exiguidade territorial, insularidade, poucos recursos e por ser um país periférico no sistema internacional.

Todavia, Cabo Verde continuará a defender a paz, a segurança internacional, o reforço da utilidade e da afirmação do país no mundo pela via da diplomacia proativa à medida do país real, das suas expectativas e necessidades económicas.

2.1. Democracia e a Boa Governação

A projeção internacional dos atores internacionais pode derivar do poder económico, militar, tecnológico e de outros aspetos tais como: o prestígio académico e político de uma determinada personalidade, a política interna de um Estado (democracia e boa governação, respeito pelos direitos humanos) que podem contribuir e justificar a sua projeção internacional. (Tavares, 2010)

A ideia apresentada mostra e acaba por estribar a realidade política de Cabo Verde, país onde a democracia não tem muita tradição se compararmos com países como os EUA, a França e os Estados Nórdicos.

Após a independência o arquipélago de Cabo Verde não seguiu o modelo democrático. Após a governação do PAIGC/CV (1975-1990), Cabo Verde transita sem sobressaltos para um regime democrático, realizando as primeiras eleições multipartidárias, com uma Constituição Política que atribuiu um vasta gama de direitos, deveres, garantias e liberdades aos cidadãos, fundando, deste modo, o Estado de direito democrático. (Évora, 2004)

A Constituição Política, resultado da abertura e evolução política, proclama no seu Artigo 2º que

a República de Cabo Verde organiza-se em Estado de direito democrático assente nos princípios da soberania popular, no pluralismo de expressão e de organização política democrática e no respeito pelos direitos e liberdades fundamentais. (Constituição, 2010, p. 24)

Após quatro décadas da independência (1975-2015) e vinte e quatro da abertura política para a transição para a democracia (1991-2015), Cabo Verde tem merecido elogios devido a sua performance de democracia, boa governação, considerado uma referência de democratização a nível mundial, mas, sobretudo, no continente africano,

Para o Governo a transparência na gestão da coisa pública é uma das componentes chave da boa governação. A luta contra a corrupção é o nosso principal capital estratégico, orientando e condicionando toda a ação política governativa. (Neves, 2010, p. 77)

Por esta razão Cabo Verde tem sido louvado no cenário internacional, situação que tem permitido elogios além fronteira graças a sua conduta de políticas substanciadas pela estabilidade política firmada em uma democracia funcional. Vislumbrando que a maior parte dos seus parceiros externos são Estados democráticos e organizações que têm *avant-garde* a democracia como o regime *standard*. Deste modo,

O reforço da credibilidade externa constitui, ainda, elemento estruturante da competitividade do país na captação da ajuda pública ao desenvolvimento [APD], e a boa governação, através de uma gestão rigorosa dos recursos alocados, um recurso estratégico das suas relações externas num mundo globalizado e interdependente e marcado pela fragmentação de ameaças transnacionais. (Costa, sem data, p. 246)

Cabo Verde tem conseguido com afínco resultados que o enobrecem por meio de “avaliações externas” (Neves, 2010, p. 76) O país é um caso paradigmático, com uma democracia considerada excecional na região africana e poucas não têm sido as organizações internacionais que etiquetam o mesmo como sendo um caso particular que respeita e que prima pelos direitos democráticos.

De um país saheliano e insular, com todas as vulnerabilidades económicas e natural Cabo Verde tem atingido índices de desenvolvimento que o alavancaram para o patamar dos Países de Desenvolvimento Médio (PDM), comprovando assim a irreversibilidade dos progressos internos que servirão e que servem de lastro para a sua publicidade externa, por causa da política em relação ao respeito dos direitos humanos, da sua democracia, boa governação, competência e seriedade política.

Cabo Verde foi considerado elegível para a saída do grupo dos Países Menos Avançados, pela primeira vez em 1997, mas, em 2000, a decisão foi adiada devido à sua alta vulnerabilidade económica e à sua forte dependência da ajuda e das remessas dos emigrantes. Quatro anos depois, em 2004, foi tomada a decisão de classificar Cabo Verde ao grupo dos PDM. Contudo, o processo da graduação consolidar-se-ia em 2008.

Uma outra nota de exceção de Cabo Verde em relação aos demais países africanos é o clima pacífico da alternância política (Évora, 2004) que tem permitido que Cabo Verde receba elogios dos seus parceiros e investidores do exterior, como mostra o fato do país ter

sido o “único país a quem o Governo dos Estados Unidos da América confiou a gestão direta dos fundos do MCA (Millenium Challenge Account) ¹⁰ e que conseguiu pela segunda vez consecutiva o segundo pacote.” (Neves, 2010, p. 80)

Cabo Verde tem sido mencionado como um “pupilo” cumpridor da democracia, como mostra o Democracy Index do Economist Intelligence Unit, que coloca o arquipélago no *top* dos países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).¹¹

Quadro 2: Índices de democracia nos países da CPLP

CPLP Countries	Ranking	Overall score	Electoral process and pluralism	Functioning of government	Political participation	Political culture	Civil liberties
Angola	133	3.35	0.92	3.21	5.00	4.38	3.24
Brazil	44	7.38	9.58	7.50	4.44	6.25	9.12
Cabo Verde	31	7.81	9.17	7.86	6.67	6.25	9.12
Guiné-Bissau	159	1.93	1.67	0.00	2.78	3.13	2.06
Guiné-Equatorial	164	1.66	0.00	0.79	1.67	4.38	1.47
Moçambique	107	4.66	4.42	3.57	5.56	5.63	4.12

¹⁰ O MCA é um programa do Governo norte-americano, criado em 2004 pela Administração Bush, para o combate da pobreza mundial. Trata-se de um programa para recompensar os países que praticam uma boa governança, demonstrando compromisso com o Estado de direito, medidas contra a corrupção, de implementação e respeito pelos direitos humanos, que estimulam o capital humano, investindo em educação, assistência médica, promovendo a liberdade económica por meio da liberalização comercial. A agência do Governo dos Estados Unidos que gere a iniciativa Millenium Challenge Account é o Millenium Challenge Corporation (MCC). Cabo Verde é o primeiro país a ser contemplado com um segundo pacote de ajuda. As autoridades americanas justificaram essa escolha pelos resultados alcançados com o primeiro pacote.

¹¹ Disponível em www.asemana.publ.cv/spip.php?article71334.

Portugal	33	7.79	9.58	6.43	6.67	6.88	9.41
----------	----	------	------	------	------	------	------

Fonte: Democracy Index Intelligence Unit 2014

Cabo Verde obteve o segundo lugar na classificação dos países do continente africano onde a democracia mais funciona,¹² como tem destacado a imprensa internacional que tem considerado Cabo Verde como um caso paradigmático no continente africano, desfrutando, desta forma, do prestígio e da credibilidade externa.

Na opinião de Petra Lantz, ex-coordenadora do Sistema das Nações Unidas em Cabo Verde, o país insular “embora sem recursos está em condições de atingir todos os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) em 2015.” (Neves, 2010) A ideia de Petra Lantz se deve pelo fato das conquistas que o país tem vindo a alcançar, destacando a passagem de Cabo Verde de um país de PMA para país de PDM,

Ser graduado para país de rendimento médio é sem dúvida uma vitória para o país. Sentimo-nos reconfortados pelo fato da comunidade internacional reconhecer os progressos [...] Mas, devo dizer-vos que, para nós, ser graduado não é um objetivo. País de rendimento médio não é um fim em si, mas uma etapa. A nossa ambição é chegar, mais cedo ou mais tarde, a uma etapa de país desenvolvido. (Neves, 2010, pp. 279 - 280)

Em resumo, os direitos humanos, a democracia e a boa governação são os feixes luminosos que coligam a política interna e a política externa cabo-verdiana, apesar da mudança política para a democracia não garantir “automaticamente as possibilidades de se melhorar a qualidade de vida e nem de resolver os problemas das pessoas na sua plenitude.” (Évora, 2004, p. 119)

Apesar desta constatação tem-se legitimado avanços credíveis, devido a existência do interesse político no reforço e na interiorização dos processos políticos, tendo em conta os desafios da democracia representativa e da participação inclusiva, de modo a permitir aos cidadãos usufruírem das ferramentas consagradas na Constituição Política do país, de modo a apresentar propostas ao Parlamento para consultas populares pela via do referendo, uma

¹² Disponível em <http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article46062>.

vez que os países com democracias consolidadas “é possível a mobilização de todas as capacidades e energias para o desenvolvimento.” (Neves, p. 52)

No que concerne as exigências da boa governação, as organizações e instituições universais como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), a União Europeia (UE), o Millenium Challenge Corporation (MCC), entre outras, têm dado primazia a este item, enaltecendo que a par dessas organizações os países desenvolvidos decidem canalizar ou não recursos para países em vias de desenvolvimento, tendo como requisitos primordiais o nível da gestão pública.

Aos países que implementam a democracia e a boa governação, como é o caso de Cabo Verde, são premiados e tidos como referência a seguir. No contexto cabo-verdiano é interpretado como uma oportunidade para dar o salto quantitativo e qualitativo de forma a afirmar as Ilhas de Cabo Verde na cena internacional.

Entretanto, as agências financeiras internacionais, como o FMI e o BM, não só têm destacado a performance económica do país, confiando na gestão sustentável e responsabilizada dos Governos, mas têm destacado a boa governação, considerada como uma condição *sine qua non* para atingir o desenvolvimento, razão pela qual os governantes cabo-verdianos estabeleceram como objetivo: zelar por uma gestão criteriosa e transparente dos recursos provenientes do exterior, com a implantação do Sistema Integrado de Gestão Orçamental e Financeira (SIGOF), de maneira a credibilizar o arquipélago face aos seus investidores externos, mas, por outro lado, evitar constrangimentos que colocam em causa a imagem e o nome do país. O SIGOF tem como principal objetivo o controlo e a apresentação de contas de forma célere e transparente.

Após quatro décadas como país independente e duas décadas do multipartidarismo as Ilhas de Cabo Verde têm conseguido manter uma relação frutuosa e amistosa com os países desenvolvidos, as organizações internacionais. Desde muito cedo, o arquipélago elegeu o desenvolvimento pautado por uma política de paz, na gestão coerente e responsável dos seus parcos recursos, bem como na obediência das normas internacionais.

Na verdade, a boa governação é consciencializada como sendo um produto precioso do país, por ser um processo de política interna. Basta, entretanto, ler os relatórios e as avaliações feitas pelos mais diversos organismos nacionais e internacionais que os resultados obtidos por Cabo Verde têm sido motivadores e estimulantes para que continue,

uma vez que “foi considerado, pelo Banco Mundial, como o país da África que melhor geriu as finanças públicas em 2004.” (Neves, 2010, p. 80)

Essa constatação para além de projetar o país a nível internacional, como já tinha sido dito anteriormente, culminou também a sua promoção externa, como mostra o fato da Fundação Mo Ibrahim, em 2011, ter galardoado Pedro de Verona Rodrigues Pires, Presidente da República de Cabo Verde (2001-2011), distinguido pela liderança e a boa governação em África.

Figura 1: Distinção do Presidente Pedro Pires (2001-2011)



Fonte: Mo Ibrahim Foundation

Ainda na mesma linha Hillary Rodham Clinton, ex-Secretária de Estado dos EUA, no discurso proferido na cidade da Praia, aquando da sua visita, em 2009, a Cabo Verde, afirmou

Se não querem ouvir os Estados Unidos, pelo menos olhem para Cabo Verde, e vejam o exemplo do que é boa governação e esforço para o crescimento económico, respeito pelos Direitos Humanos e trabalho pela melhoria da qualidade de vida da sua população. (Neves, 2010)

Deste modo, a boa governação é possível no continente africano o que não se pode fazer é escamotear os dados porque nem todas as exceções são e serão uma regra. Ora bem, o sucesso de Cabo Verde é um sinal claro disso, de que enquanto existir seriedade e competência por parte dos governantes, a disciplina em prol do bem comum é que deve reinar.

Cabo Verde tem sido laureado internacionalmente pela sua gestão responsável dos fundos que lhe são concedidos o que o induzem como sendo um caso paradigmático, um exemplo de maturidade política e governação.

Ciente da mais-valia que a boa governação representa para o País e, em especial, para a preservação da imagem de credibilidade já construída, estamos [Governo] cada vez mais determinados em governar com ética, responsabilidade e transparência na gestão da coisa pública. (Neves, 2010, p. 77)

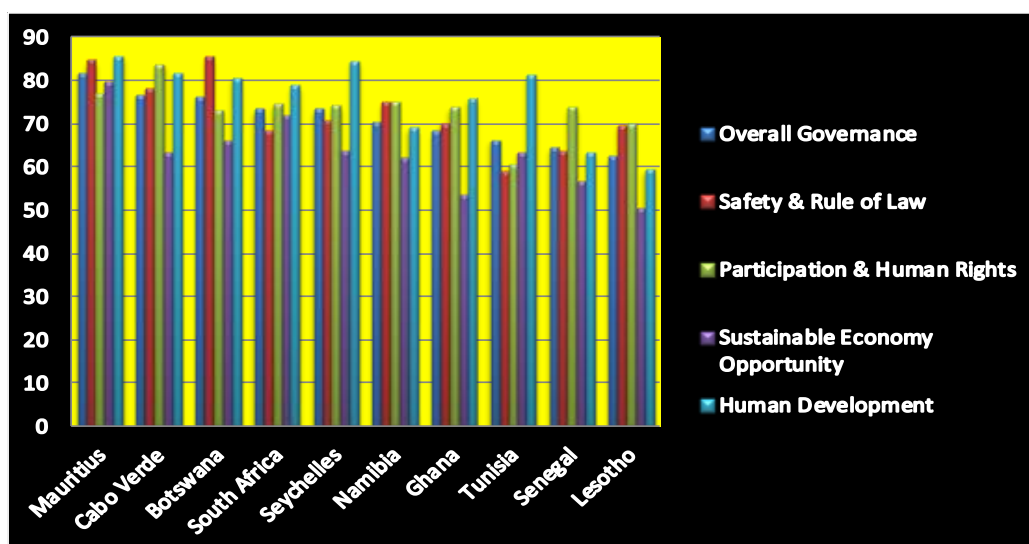
Entretanto, Cabo Verde procura a todo custo manter ou reforçar a sua imagem na senda internacional, partindo dos pressupostos alicerçados na estabilidade política e social, nos direitos humanos, na democratização, na boa governação e elevar a um patamar ainda mais superior as suas relações tanto a nível bilateral quer a nível multilateral.

Apesar de Cabo Verde ser um país peculiar com características intrínsecas próprias, apoia-se no respeito pelos direitos humanos, na democracia, na boa governação e na crescente credibilização do Estado e das suas instituições, perfilhados pelos vetores da transparência, da eficácia, da eficiência dos recursos estratégicos para o seu desenvolvimento, avivando o estabelecimento de parcerias e alianças que bem necessita e precisa, de maneira, a mobilizar recursos para o seu desenvolvimento, seja, para a manutenção da paz interna, tanto quanto para a estabilidade em direção a solidificação das instituições do Estado de direito democrático.

Em matéria da boa governação, Cabo Verde tem granjeado reconhecimento, não obstante, de se tratar de um país, que obteve a sua independência em 1975 e a sua abertura política e a transição para a democracia em inícios dos anos noventa (1991).

De explanar, que Cabo Verde participou nas reuniões dos Países Menos Avançados (PMA) do mundo. No entanto, atualmente faz parte dos Países de Desenvolvimento Médio (PDM). Após tantas declarações lamechas e céticas em relação a sua viabilidade, falta de recursos, o arquipélago de Cabo Verde acabou por se tornar no país mais viável e consolidado no continente africano, no que tange a democracia e a boa governação, apenas superado pelas Ilhas Maurícias.

Gráfico 1: African Governance 2014



Fonte: Ibrahim Index of African Governance, 2014

O desenvolvimento sustentável de Cabo Verde resulta, em parte, da acção dos decisores políticos e da “confluência do aproveitamento dos recursos internos.” (Tavares, 2010, p. 156) O investimento na democracia e na boa governação têm sido uma das vias para a projecção externa de Cabo Verde,

A consciência das vulnerabilidades internas, a ausência de recursos naturais, a insularidade, a exiguidade territorial e a localização geográfica privilegiada, na encruzilhada atlântica, formataram a percepção de que a política externa e a boa governação constituem recursos estratégicos do desenvolvimento das ilhas. (Costa, sem data, p. 256)

Cabo Verde tem sido elogiado como sendo um dos poucos países africanos credíveis na senda internacional, que consegue com maior facilidade negociar e obter financiamentos internacionais; advoga a igualdade e a equidade do género, os direitos humanos, a democracia e a boa governação, assim como a estabilidade política, social e a convergência dos interesses nacionais.

Com a instauração do multipartidarismo, os valores da democracia, os direitos humanos e a liberdade, passam a constituir os principais alicerces da política externa de Cabo Verde. Na realidade, a boa governação, o respeito pelos direitos democráticos, bem como o respeito dos direitos humanos têm sido os indicadores exigidos pelos parceiros externos, para Cabo Verde se afirmar interna e externamente.

2.2. Estabilidade Política e Social Interna à Atração do Investimento Externo

O Investimento Direto do Estrangeiro acontece quando um investidor, com base nas informações de um determinado país desenvolve uma determinada atividade económica e [ou] empresarial. (Tavares , 2010, p. 160)

A abertura política e a transição para a democracia, no início dos anos noventa, ficou marcada pelas primeiras eleições multipartidárias. Doravante, a democracia e a boa governação tornar-se-iam a ponta de lança para o progresso da estabilidade política e social das Ilhas de Cabo Verde que seriam projetadas nas organizações e instituições internacionais e junto dos seus homólogos, de forma a granjear reconhecimento e atrair Investimento Direto do Estrangeiro (IDE), uma das marcas perceptíveis do processo de mundialização/globalização, para Cabo Verde.

Entretanto, o IDE não se restringe única e exclusivamente as empresas multinacionais e transnacionais, porque existe também os investimentos de pequena dimensão. Embora o IDE esteja confinado, por vezes, as grandes multinacionais por causa das atividades empresariais que vão desenvolvendo, isto é, na alocação dos seus investimentos, de acordo, com as características que os países recetores do IDE lhes disponibilizam. É importante realçar, ainda, que nos países em vias de desenvolvimento surgem críticas no sentido de que o IDE é uma maneira de explorar a mão-de-obra barata, de forma a usufruir das matérias-primas existentes nos países em vias de desenvolvimento. Entretanto, esses mesmos recursos acabam por esvaziar um dia sem se quer conceber algum valor acrescentado nestes países. (Tavares, 2010)

Sempre que assistimos uma política económica e empresarial por parte do país recebedor do IDE e o setor onde este figura é potencializado não restará dúvidas das vantagens, tanto para o investidor externo bem como para o país recetor. Entre as vantagens destacamos as seguintes: reforça a inserção dos países que recebem o IDE nas redes internacionais, gerando crescimento económico, assim como a transferência de *know-how* e da tecnologia. (Tavares, 2010)

O investimento direto do estrangeiro começou a se fazer sentir, em Cabo Verde, nos finais dos anos oitenta e inícios dos anos noventa, em especial com as reformas económicas, levadas a cabo, acentuadas com a transição económica ou seja, com a extinção do

protecionismo, com a limitação da planificação central, de forma a valorizar o setor privado, que passou a desempenhar um papel de extrema preponderância, como sendo o principal gerador de labor ou emprego.

A privatização em Cabo Verde fazia-se necessária, na ótica do MPD, justificada pelos maus indicadores das empresas públicas, provindos de uma administração centralizada (Évora, 2004). Foi o MPD que demonstrou que o setor público estava sobrecarregado, direcionada a bancarrota e as empresas públicas só fizeram aumentar a dívida interna do Estado. Assim, a finalidade da privatização era aumentar as receitas do Estado, o nível de entrada de divisas, permitindo, assim, um equilíbrio na balança de pagamentos, de forma a garantir eficiência e rentabilidade das empresas, minorando o deficit público, estimulando o desenvolvimento do setor privado.

Mas, a adoção de algumas medidas permitiu uma maior e melhor abertura de Cabo Verde ao mercado internacional; no plano interno foram promovidos vários incentivos e surgiram garantias favoráveis ao IDE, razão que levou José Maria Neves a aconselhar a criação de

condições para promover a imagem de Cabo Verde no mundo, atrair cada vez mais investimentos externos, apoiar o desenvolvimento do setor privado, promover a internacionalização da economia cabo-verdiana, fomentar o desenvolvimento de um tecido empresarial produtivo e competitivo, capaz de gerar empregos e de criar riqueza.
(Neves, 2010, p. 73)

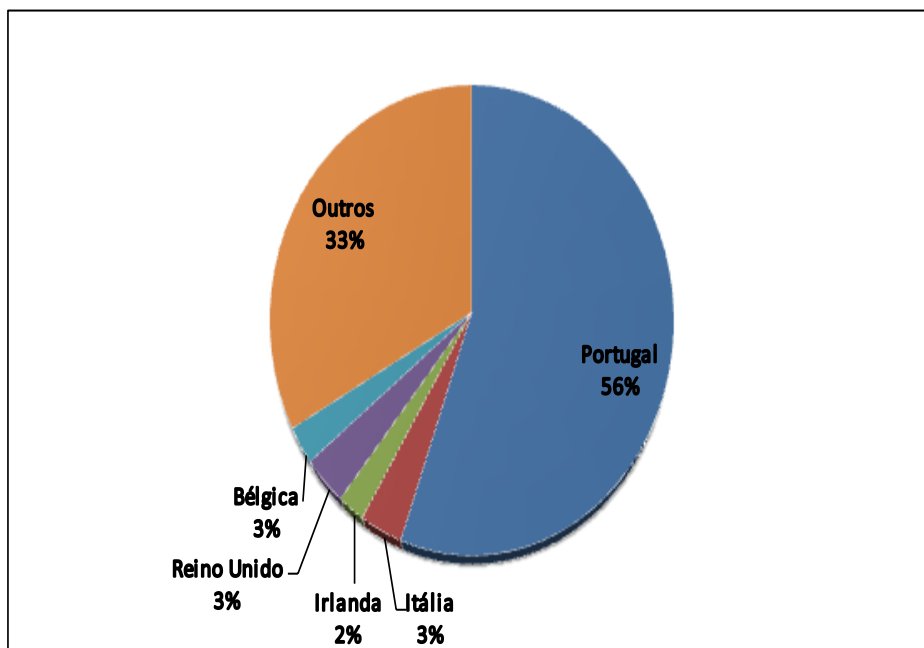
A par das garantias e de incentivos ainda se pode vislumbrar outros fatores que servem de ponte para a atração do IDE no país. É o caso, por exemplo, da sua localização geoestratégica, que desempenha um papel *sui generis* entre os investidores externos, porque o arquipélago se situa na chamada encruzilhada atlântica entre a África, a Europa e as Américas, visto que uma das tendências no ramo empresarial é a internacionalização ou, então, no sentido lato quanto maior for a amplitude do investimento, melhor penetra nos diversos quadrantes do mercado internacional.

Segundo (Costa, sem data, p. 251)

Os construtores políticos da nação cabo-verdiana e os intervenientes da política externa sempre procuraram escorar as potencialidades estratégicas da sua localização geográfica privilegiada, convertendo-a num instrumento político e de poder na sua relação com as várias potências internacionais e organizações multilaterais.

Por causa do posicionamento das Ilhas de Cabo Verde, as mesmas acabam por possuir condições atrativas para aqueles que querem investir no país, mas, e que ambicionam entrar no mercado africano ou melhor nos países da África Ocidental. Como ilustra o referido gráfico os maiores investidores de Cabo Verde são os países com quem Cabo Verde mantém relações privilegiadas de cooperação.

Gráfico 2: Investimento Direto Estrangeiro (Janeiro a Setembro de 2013)



Fonte: Banco de Cabo Verde, 2013

De nada vale que um país consiga mobilizar oportunidades de negócios se no campo doméstico não tiver um clima político e económico estabilizado. As empresas e investidores antes de levarem adiante determinado investimento em que mercado for, elaboram um *draft*, um estudo prévio, de maneira a avaliarem todos os pontos fortes e menos fortes do mercado. Caso esse mercado não oferecer os requisitos convenientes, não restará dúvidas e somente certezas, que o investidor externo abdicará de investir nesse país. O Governo e a sociedade civil são dois elementos principais no êxito ou no fracasso do IDE num país. O Governo pode condicionar o êxito do investimento externo num país através da má governação, da instabilidade política, da corrupção, dos desvios dos fundos públicos, da expropriação e do confisco, das variações na conversão da moeda corrente, da restrição de propriedade pessoal. Entretanto, a sociedade pode condicionar o IDE pela via da

instabilidade social, terrorismo, revoltas, revoluções e pilhagem. A relação do país com o exterior pode condicionar o resultado do investimento direto do estrangeiro por intermédio das guerras interestaduais e ou as sanções económicas. (Vieira, 2012)

Os Governos (do PAICV e do MPD) obedeceram e respeitaram as leis vigentes, a alternância do poder e zelaram incondicionalmente para a consolidação do Estado de direito democrático, alicerces para a atração do IDE no arquipélago de Cabo Verde, reconhece Tavares (2010, 164) “Cabo Verde é um parceiro credível pelos motivos da sua estabilidade e a democracia.”

Como foi mencionado no parágrafo anterior, a estabilidade política e social tem sido uma constante, situação que permitiu posicionar e projetar as Ilhas de Cabo Verde na cena internacional, de modo a conseguir atrair IDE para o país, como prova as afirmações proferidas por Aníbal Cavaco Silva¹³, (cit. in Neves, 2010)

Tive, mais uma vez, oportunidade de confirmar o extraordinário exemplo que Cabo Verde constitui para todos nós. Desafiando as adversidades com que a natureza a confronta, a nação cabo-verdiana soube definir um rumo de progresso e desenvolvimento assente numa democracia estável e madura, constituindo hoje um parceiro credível e incontornável no espaço euro-atlântico.

Pode-se verificar que a cultura de paz se reflete tanto na estabilidade política e social interna e no pragmatismo da política externa, invocando, por vezes, o legado da paz herdado de Amílcar Cabral. De certo modo, a estabilidade política e social cabo-verdiana acaba por atenuar o impacto da vulnerabilidade ou a escassez dos recursos naturais que o país não dispõe. Sendo assim,

o Governo pugna por uma gestão rigorosa dos recursos, no quadro de uma boa governação [reforçada pela estabilidade política e social] de igual modo políticas macroeconómicas saudáveis, que constituem elementos importantes de competitividade de Cabo Verde na mobilização da ajuda internacional e na promoção do investimento externo [...]. (Neves, 2010, p. 274)

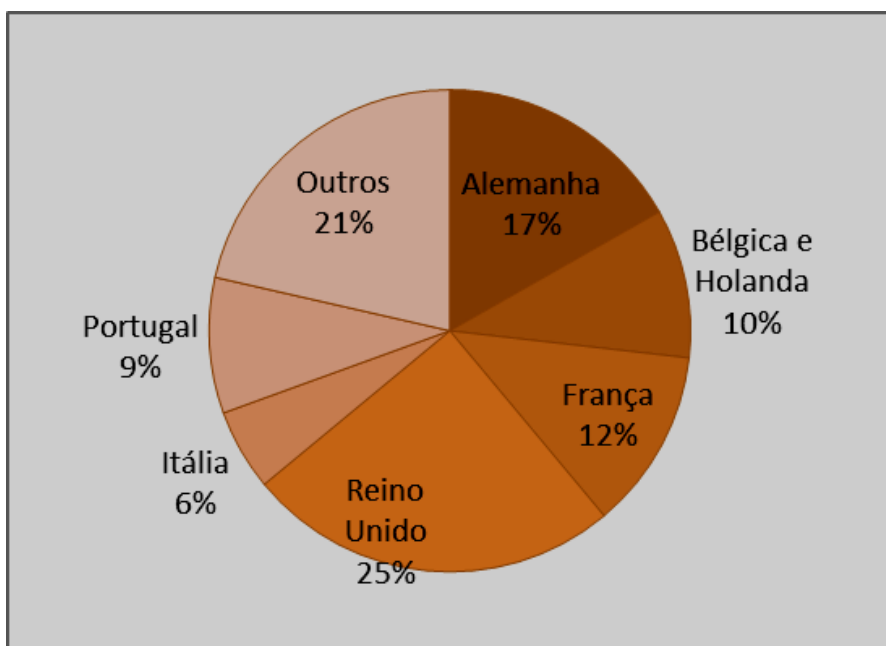
Por fim, a estabilidade política e social de Cabo Verde acaba por repercutir na concessão de algumas vantagens provenientes dos parceiros e das organizações internacionais. E é necessariamente por esse motivo, que Cabo Verde tem encarado a política externa como sendo a ferramenta relevante para o seu desenvolvimento; procurando inserir-se em espaços

¹³ Presidente de Portugal, Lisboa, Janeiro de 2007.

e circuitos económicos dinâmicos, de maneira, a apostar com afinco na sua credibilidade internacional e tornar o país mais competitivo e salvaguardar o seu desenvolvimento de forma sustentável.

Cabo Verde, membro da Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA)¹⁴, tem conferido uma maior segurança aos investidores externos, porque a MIGA fornece seguro contra riscos políticos, como também auxilia a criação de instrumentos para esta finalidade. As parcerias resultam como um ingrediente indispensável que dão fomento a uma maior e melhor visibilidade e credibilidade do arquipélago a nível mundial, com o objetivo de contribuir para um ambiente favorável para o investimento direto do estrangeiro. Os setores que têm ganho mais investimentos em Cabo Verde são o turismo e os serviços. Embora o setor do turismo é predominante nas Ilhas da Boavista e do Sal. Contudo, o arquipélago tem potencialidades para o turismo rural e o ecoturismo que converge com as características das restantes Ilhas.

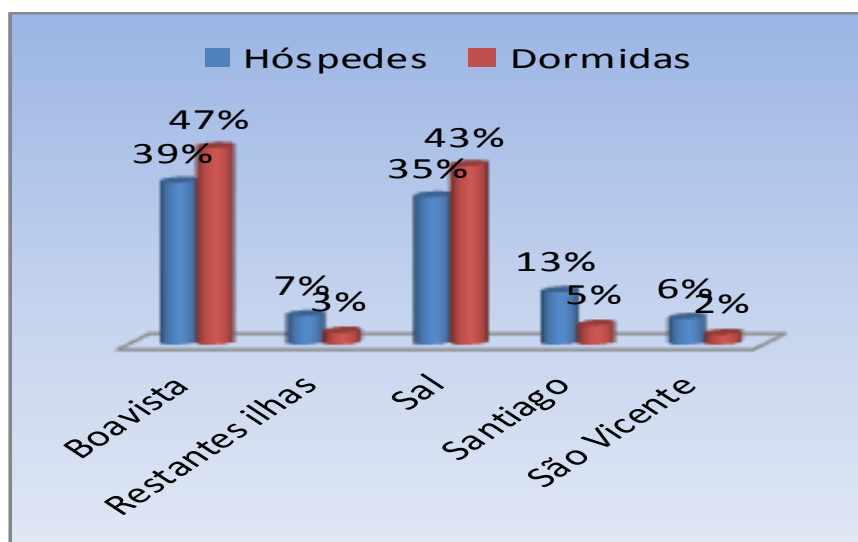
Gráfico 3: Procura Turística



Fonte: Banco de Cabo Verde, 2013

¹⁴ Na realidade, a MIGA juntamente com o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), bem como a Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA), como também a Sociedade Financeira Internacional (SFI) e o Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos (CIADI) constituem o Banco Mundial (BM).

Gráfico 4: Hóspedes e Dormidas segundo Ilhas



Fonte: Instituto Nacional de Estatísticas, 2011

Para o efeito, é necessário o desenvolvimento de infra-estruturas, sobretudo, no que diz respeito aos transportes, por forma, a capitalizar e a atrair mais investimentos externos, não descurando os entraves que o fator insularidade coloca. Contudo, não se pode negligenciar os progressos que o país tem vindo a alcançar, nomeadamente com o surgimento de quatro aeroportos internacionais, o asfaltamento das principais vias rodoviárias do país.

Como já foi referido, os investimentos externos nas Ilhas de Cabo Verde estão priorizadas nos setores do turismo e dos serviços. Por conseguinte, nos outros setores a percentagem do IDE ainda é ínfima. A razão pela qual os investimentos externos em Cabo Verde estão centralizados no turismo e nos serviços prende-se, em primeiro lugar, por causa da carência de trabalhadores altamente especializados para determinadas áreas e, em segundo lugar, a justificação incide na vulnerabilidade de Cabo Verde em termos das matérias-primas e dos recursos naturais.

Na verdade, o IDE no setor da indústria ainda é pouco expressivo (Tavares, 2010). Por exemplo, o setor da indústria e da transformação depende muito das matérias-primas de que Cabo Verde não dispõe em abundância; o setor industrial também exige trabalhadores com alguma destreza, por forma, a moldarem as matérias-primas em valor acrescentado.

A dinâmica do fluxo do IDE em Cabo Verde é um reflexo da sua performance face aos seus parceiros e as entidades internacionais. Mas também se deve pelo fato da democracia e da

boa governação e, consequentemente, a estabilidade política e social funcionarem, juntamente, à atração de investimentos externos, tendo em conta o desenvolvimento de Cabo Verde.

2.3. A Latitude e a Longitude da Cultura: A Internacionalização da Música cabo-verdiana

A música desempenhou um papel muito importante naqueles primeiros tempos de mobilização [...] durante muito tempo ela serviu como fator de facilitação de comícios com a população, como fator de mobilização no meio emigrante e como uma razão imediata de encontros entre estudantes. Nesses encontros, através de músicas muito politizadas fazíamos o debate político em torno da luta para a independência. Renato Cardoso (Cultura, 2005, p. 101)

Durante a colonização portuguesa a Morna e a Coladeira eram designados “folclore” ou “música típica”; noutros extremos “música da nossa terra” em paralelo o batuque, o Kolá ou a Tabanka eram incutidos no intelecto das pessoas como sendo “coisas do Povo”, “Música de África”; De Badjo Gaita, Ferrinho ou Funaná nem se ouvia falar, ou, então, era algo exótico. (Cultura, 2005)

Por conseguinte, houve uma assimilação, uma simbiose cultural, que permitiu mudanças, isto é, a música cabo-verdiana deu um salto quantitativo e qualitativo, projetando-se “a nível internacional, exercendo e gozando de respeito e prestígio.” (Cultura, 2005, p. 99)

Não descurando o raciocínio de Renato Cardoso, citado no início deste subcapítulo, podemos fazer uma menção com a composição da coladeira como o “*Labanta Braço*” do Alcides Spencer Brito, é interpretada como sendo o hino ou a saudação à independência de Cabo Verde e considerada uma das obras-primas de período música revolucionária.

Enquanto a década de oitenta foi anunciada com o Funaná¹⁵ e a procura da qualidade, a década de noventa foi de preparação, de modo a música de Cabo Verde estender-se ao mundo, com destaque para alguns nomes como Cesária Évora, Bana, Ildo Lobo¹⁶, que são considerados os Catedráticos da música cabo-verdiana, que iniciaram os seus percursos nos

¹⁵ Batuque, Coladeira, Funaná, Finançon, Kolá, Morna, Tabanka são os géneros musicais típicos das Ilhas de Cabo Verde.

¹⁶ Mas também música cabo-verdiana tem outros nomes, nomeadamente Orlando Pantera, Renato Cardoso, Manuel de Novas, B.leza, Codê Di Dona, Zeca de Nha Rinalda, entre outros.

anos sessenta, mas foi nos anos noventa que ganharam maior prestígio e que Cabo Verde passou a ser conhecido e reconhecido pela música a nível internacional.

Cesária Évora, conhecida como a “diva dos pés descalços”, teve e continua a ter um papel relevante na projeção das Ilhas de Cabo Verde, servindo de proa na diplomacia cultural cabo-verdiana. É considerada a maior “embaixadora” que alguma vez Cabo Verde conheceu; Cesária Évora, em 2003, é nomeada embaixadora do Programa Alimentar Mundial das Nações Unidas (PAM) na luta contra a fome, em 2003; Cesária deu a cara pelos países da CPLP, nos programas de alimentação escolar¹⁷.

Possuidora de um *timbre* genuíno autêntica e forte que soube sempre resistir aos embates das modas e estilos musicais, que em cada década têm dominado o mundo, defendendo a autenticidade e as raízes da Morna, da mesma forma, a Coladeira; só depois de obtido consenso sobre o lugar de cada género musical, se instala, a partir de 1985, um novo panorama musical, o que veio permitir e facilitar a emergência da música tradicional cabo-verdiana, com todas as suas potencialidades na senda internacional.

Brito Semedo considera *Cesária Évora*,

o grande «boom» da divulgação da nossa música deixando de ser apenas uma música do espaço de Cabo Verde nas Ilhas e nas comunidades cabo-verdianas, para sair para o exterior e conquistar as grandes sociedades com outro tipo de música, como uma música étnica com características muito próprias que tem sido muito apreciada. (Cultura, 2005, p. 111)

A Morna e a Coladeira encontraram o “*swing*” na voz da “Cize”, por causa do seu talento que serviu de veículo *in-extremis* para se revelar ao mundo, que, por coincidência assiste nesta altura a um movimento que se dá pelo nome de “*World Music*” ou Música do mundo, termo concebido por Robert E. Brown no início da década de 1960, tendo ganho projeção internacional a partir da década de 1980, referindo-se à música tradicional ou música folclórica de uma cultura criada e tocada por músicos relacionados a essa cultura.

No período pós colonial, a vertente cultural fica marcada pelo sucesso da Cesária Évora, que continuará a ser uma das principais intermediárias da internacionalização da música de Cabo Verde no mundo, contribuindo desta forma para o fortalecimento da política externa cabo-verdiana.

¹⁷ Disponível em <http://cesariaevora.sapo.cv/>.

Segundo Ismael Fernandes,

O sucesso da Cesária Évora lá fora, tem servido de locomotiva para, não só uma verdadeira projeção da música cabo-verdiana lá fora, como serviu para abrir as portas para os outros artistas cabo-verdianos, mas também tem sido um fator de projeção e conhecimento do próprio país. (Cultura, 2005, p. 111)

Partilhamos da opinião de Ismael Fernandes, uma vez que a morna é candidata para património imaterial da humanidade, como sendo a expressão máxima da cultura musical cabo-verdiana, isto é, o género musical que une todos os cabo-verdianos no país e na diáspora.¹⁸ Cesária Évora não foi a principal mentora deste desiderato, mas contribuiu de forma sublime para que a Morna fosse hoje conhecida. E em termos mais abrangentes para que Cabo Verde fosse (re) conhecido.

Na opinião de Tchalé Figueira, um dos maiores acontecimentos destes 30 (40) anos de Cabo Verde independente é o país “ter sido reconhecido através da Cesária Évora” e acrescenta que “foi isso que fez com que Cabo Verde fosse reconhecido como um país musical.” (Cultura, 2005, p. 111)

Figura 2: Cesária Évora “diva dos pés descalços”



Fonte: cesariaevora.sapo.cv/retratos/

Para além da projeção internacional da “Cize”, se reforça ainda o conjunto dos Ferro Gaita que alcança rapidamente enorme sucesso nos circuitos internacionais onde a música e o próprio país, Cabo Verde, acabam por ganhar cada vez mais prestígio.

¹⁸ Disponível em www.asemana.publ.cv.

E no princípio do milénio, na esteira do trabalho do Orlando Pantera, o Batuque e o Finanças vão alcançar sucesso internacional com as cantoras Lura, Mayra Andrade, Sara Tavares, Nancy Vieira, Tito Paris, entre outros. Também, gozam de destaque o grupo Simentera, que por intermédio deste coletivo a música de Cabo Verde, com uma nova roupagem vai conhecer um grande sucesso na Europa. A figura de proa deste conjunto é o músico e compositor Mário Lúcio, atual Ministro da Cultura, foi distinguido, em 2014, como Personalidade do Ano pela Feira Internacional da World Music (WOMEX).¹⁹

Matilde Dias considera que Cabo Verde não tem explorado convenientemente a música por ausência de “uma política cultural” e o fato de “os agentes não estão organizados” (Cultura, 2005, p. 115) Suzano Costa é de opinião que “a diplomacia cultural cabo-verdiana é inexistente, sem qualquer orientação nesse sentido”, com os sucessos conhecidos a serem “o reflexo do esforço dos próprios”, e avançando os exemplos da Cesária Évora, Lura, Nancy Vieira, entre outros.²⁰

De um modo geral, a música cabo-verdiana, nestes últimos quarenta anos como país independente tem sido também uma das vias para a projeção do país, atingindo o seu auge com a “*diva dos pés descalços*.” Por causa da influência da música cabo-verdiana no plano exógeno os governantes começaram a atribuir uma atenção especial a mesma, destacando a diplomacia cultural, como sendo um dos eixos da política externa, na promoção das Ilhas de Cabo Verde no mundo.

Em suma, existe uma correlação direta entre a política interna e a política externa cabo-verdiana. Esta correlação se deve pelo fato do arquipélago de Cabo Verde possuir especificidades ímpares, passando pela insularidade às vulnerabilidades económicas, o que faz com que a política externa seja a via para colmatar e compensar tais vulnerabilidades.

Cabo Verde enquanto Estado insular e pequeno tem necessidade de uma convergência da sua política interna vinculada a política externa, isto é, as decisões internas são provocadas pelas flutuações externas, o que faz com que a política externa seja o principal caminho para o seu desenvolvimento.

¹⁹ Disponível em <http://www.embcv.be/pt/8-noticias/106-ministro-da-cultura-de-cabo-verde-distinguido-como-personalidade-do-ano-pela-womex>.

²⁰ Disponível em <http://noticias.sapo.cv/info/artigo/1059963.html>.

A projeção das Ilhas de Cabo Verde, em jeito de balanço, passa também pela prática da democracia, respeito dos direitos humanos consagrados na Magna Carta e, consequentemente, pela boa governação, evidenciando que a projeção de um determinado país não se adequa apenas aos recursos económicos, militares e/ou tecnológicos dos países desenvolvidos. A democracia, o respeito pelos direitos humanos e a boa governação têm sido uma das alavancas para a viabilidade e a credibilidade do país no panorama externo.

A democracia tem sido o melhor regime que se adequa nas relações internacionais. Embora, a cultura democrática em Cabo Verde seja um conceito recente, o arquipélago tem alcançado ganhos que o dignificam no plano internacional, nomeadamente no continente africano. Nesta esteira da democracia, direitos humanos e a boa governação, ainda o país tem conseguido elevar a confiança dos seus parceiros externos de que as organizações internacionais fazem parte com os Estados.

Cabo Verde tem zelado pelo cumprimento escrupuloso do que o regime democrático exige por intermédio da Lei Fundamental, primando pelas práticas democráticas, assentes na boa governação.

Enfim, a estabilidade política e social veiculada a prática da democracia e, consequentemente, a boa governação têm resultado como um ativo para Cabo Verde, isto é, na atração do Investimento Direto do Estrangeiro (IDE). O mesmo se pode deduzir da cultura, em que Cabo Verde tem sido projetado além fronteira pela via musical. Ora, neste cenário a cultura tem vindo a ganhar vez e voz na projeção das Ilhas internamente e externamente, como mostra o fato de a cultura ter vindo a conquistar o seu espaço nos programas dos sucessivos Governos.

Last but not the least, a política interna e a política externa de Cabo Verde se coligam. O sucesso para o desenvolvimento de Cabo Verde dependerá da forma como for conduzida a política externa.

CAPÍTULO III – A Política Externa como Fio Condutor para a Cooperação Internacional e o Desenvolvimento de Cabo Verde

Este capítulo realça a perspicácia da política externa e as suas conquistas em prol do desenvolvimento das Ilhas de Cabo Verde, o impacto económico, social e político que tem tido desde a proclamação da independência política e a formação do Estado de direito democrático.

A política externa é um domínio importante para Cabo Verde. Para além das exigências da globalização, as adversidades das condições geoclimáticas do país, a escassez de recursos para o desenvolvimento, a insularidade, a pequenez do território que impossibilitam Cabo Verde de gerar todos os meios necessários ao seu desenvolvimento, pelo que se torna necessário a mobilização de recursos externos, tanto públicos como privados.

A política externa tem sido desde a independência o fio condutor para a prossecução dos objetivos desenvolvimentistas de Cabo Verde, contribuindo para a construção de um país aberto ao mundo, com um sistema produtivo forte e dinâmico, assente na valorização do seu capital humano, capacitação tecnológica e na sua cultura. (Neves, 2002-2005)

Quadro 3: Política Externa de Afirmação de Cabo Verde no mundo

Fortalecida pelo Multilateralismo e do papel do país na regulação internacional, designadamente através de uma Organização das Nações Unidas reformada e robustecida, capaz de dar um contributo acrescido no tratamento das questões relacionadas com o desenvolvimento e com a preservação da paz e segurança internacionais.
Na participação ativa no processo de consolidação da União Africana.
Um país aberto ao mundo, com um sistema produtivo forte e dinâmico, assente na valorização do seu capital humano, capacitação tecnológica e na sua cultura.
Desenvolvendo parcerias, especiais e estratégicas.
Uma sociedade solidária, de paz e justiça social, democrática, aberta e tolerante.
Mantendo o empenhamento na continuada afirmação da CPLP na cena internacional.
Alargando a cooperação existente nos domínios da defesa e da segurança cooperativa com outros parceiros, particularmente, nos domínios da vigilância marítima, do combate aos tráficos ilícitos e na

prevenção de outras ameaças.
Procurando uma aproximação e estabelecimento de novas parcerias para o desenvolvimento com Estados e instituições inseridos em espaços dinâmicos economicamente e seguros do ponto de vista político e social.
Com um país dotado de um desenvolvimento humano durável, com um desenvolvimento regional equilibrado, sentido estético e ambiental, baseado numa consciência ecológica desenvolvida.

Fonte: Grandes Opções do Plano 2001-2005; Programa do Governo 2006-2011.

3.1- A Diplomacia Económica: o Núcleo da Política Externa de Cabo Verde

Na década de 90 a política interna e externa em Cabo Verde sofreu alterações e ganhou fôlego, sendo a pedra angular para o desenvolvimento do país. Em detrimento de um desenvolvimento focalizado na ajuda internacional e extremamente dependente do meio exógeno, o Governo passa a dar primazia a estratégias que possibilitem a autossustentabilidade do país para conseguir encontrar, deste modo, formas alternativas de financiamento, apostando, cada vez mais, na diplomacia económica, na inserção do país na economia mundial, como sendo o núcleo da política externa e a prioridade do Governo de Cabo Verde,

uma diplomacia económica para o desenvolvimento, mobilizadora de recursos, através, por um lado, da ajuda pública e de fluxos concessionais e, por outro, de parcerias visando o investimento direto estrangeiro, o acesso a mercados, pela via de acordos comerciais, e outros instrumentos de facilitação nesse âmbito como os acordos de Dupla Tributação e de Protecção dos investimentos. (PGCV, 2011-2016, p. 56).

Entretanto, a diplomacia económica surge como sendo a principal agregadora de toda a política externa, como a outra via para a sustentabilidade da sobrevivência do país.

Volvidos quarenta anos da independência nacional, em Cabo Verde, a diplomacia económica tem sido o núcleo da política externa, isto é, visionando o relacionamento com os Estados e outros atores das relações internacionais, em que as relações convergem, contribuindo, desta forma, para o desenvolvimento do país. O teor da diplomacia económica se concentra na mobilização e captação do investimento privado, direto do estrangeiro, o acesso aos mercados, o financiamento do desenvolvimento económico e social de Cabo Verde.

Os programas governamentais de Cabo Verde desde a década de 90 e as Grandes Opções do Plano (GOP) começaram a dar prioridade ao debate e a implementação de programas de cariz económica, para inserir o país na economia mundial,

adotando uma política externa prosseguida pelo Governo mas que se articule com os demais órgãos de soberania na perspetiva de consagração de Cabo Verde como um país útil na esfera internacional e de apoio a sua inserção na economia mundial, de acordo com as vantagens competitivas que possui ou que possa desenvolver. (PGCV, 1995-2000)

O Governo em funções considera prioritário para Cabo Verde a construção de uma economia dinâmica, competitiva, inovadora, sustentável, com prosperidade partilhada para todos (PGCV, 2011-2016).

A inserção e a abertura de Cabo Verde no mundo cada vez mais concorrencial, globalizado e interdependente é um dos objetivos da política externa, nomeadamente com a abertura política e a transição para a democracia, em 1991. Todavia, a argumentação da inserção e da abertura de Cabo Verde no mundo ter-se-iam começado a florir nos primeiros anos após a independência. Porém, a abertura ao mundo no final da Guerra Fria com a ascensão do capitalismo, permitiu, nessa altura, o país romper com o modelo de partido único e da economia planificada, mormente, devido a assunção do liberalismo como o paradigma de mercado.

Segundo (Costa, sem data, p. 226) após a Guerra Fria e a intensificação do processo da globalização acentuou-se a interconetividade das economias do mundo e, com efeito, as ferramentas da diplomacia económica adquiriram um protagonismo sem precedentes na estruturação da política externa dos Estados contemporâneos.

Em meados da década de noventa a política externa cabo-verdiana, tinha como meta uma diplomacia subsidiária de desenvolvimento, ou seja tinha como principal finalidade adquirir recursos para o seu desenvolvimento. Hoje, devido as flutuações económicas das grandes bolsas de valores mundiais justificada pela mais recente crise económica-financeira que tem afetado os países desenvolvidos, curiosamente os principais parceiros de Cabo Verde *a jusante* com a recente graduação das Ilhas de Cabo Verde para a categoria de País de

Desenvolvimento Médio (PDM), tem-se vislumbrado uma mudança de discurso;²¹ a diplomacia económica surge como sendo a rubrica central da política externa de Cabo Verde, resultado da fervorosa propaganda política.

Com as privatizações das empresas estatais em Cabo Verde, concludentemente, secundarizando o papel do Estado, por forma a estimular e a priorizar o setor privado o arquipélago de Cabo Verde começou a ser visto com outros olhos, de molde, a se transformar com afincos num pólo de atração para investimentos externos.

Entre 1975 a 2015, o país tem tido ganhos inestimáveis, apesar de subsistirem ainda constrangimentos, resultantes não só da dificuldade em fazer do investimento o verdadeiro motor do crescimento económico, mas também em implementar reformas estruturais que sustentam o modelo de desenvolvimento almejado.

Na realidade, os avanços socioeconómicos conseguidos por Cabo Verde não são ainda suficientes e capazes de compensar as vulnerabilidades do país insular, sobrecarregado pelas dificuldades e pelos constrangimentos que esta condição acarreta. (Pires, 2012)

A diplomacia económica tem recebido impulsos por parte do Governo, resultando como a alavanca basilar na atração do investimento direto do estrangeiro (IDE). Não descurando a importância que o IDE confere para o desenvolvimento de Cabo Verde, tem-se criado novas competências direcionadas a sua atração e mobilização.

A diplomacia económica não é apenas o cerne do Ministério das Relações Exteriores (MIREX). Abrange um conjunto de atores intragovernamentais (Ministério das Finanças, Ministério das Infra-estruturas e Economia Marítima, o Ministério do Turismo, Indústria e Energia, o Ministério das Comunidades, Agência de Desenvolvimento Empresarial e Inovação, Cabo Verde investimentos, entre outros).

É visível uma necessidade premente em apostar no IDE, de modo, a expandir o mercado cabo-verdiano, com maior ênfase no setor do turismo e dos serviços, contribuindo assim com o programa do Governo, na inserção dinâmica do país na economia mundial.

²¹ Para Djalita de Oliveira Fialho Ramos (cit. in Apolo, 2013, p. 4), com a transição de Cabo Verde de PMA para PDM tem-se notado uma transformação progressiva da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) em apoio orçamental, da mesma forma a mudança de discurso de cooperação para parceria.

O primeiro código de investimento externo estrangeiro, criado em 1993, dispunha de um leque de incentivos que visavam atrair o maior número possível de investidores ao país todavia, pouco foi o proveito dele obtido. Victor Manuel Reis (cit. in Apolo, 2013, p. 76)

O programa do Governo em funções concebe um leque de projetos com vista a fazer das Ilhas de Cabo Verde um país atraente para os investidores quer se trate de Estados e/ou multinacionais, face a diminuição da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), a redução progressiva das remessas dos emigrantes. Com a transição de PMA para PDM, tornou-se impreterível criar medidas inovadoras para que o país possa prosseguir e alcançar o desenvolvimento pretendido.

Quadro 4: Diplomacia ao Serviço do Desenvolvimento

Que tem como máxima fundamental defender externamente o interesse nacional, promovendo a paz e a segurança globais, assim como o papel do Direito Internacional na resolução das relações externas.
Priorizando à mobilização de recursos financeiros adequados às necessidades de desenvolvimento de Cabo Verde, com vista ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio e ao reforço do processo de desenvolvimento económico e social.
Assumir plenamente uma verdadeira agenda de diplomacia económica que continue a privilegiar a promoção de Cabo Verde e a atração do investimento externo e adotar todas as medidas que ela pressupõe, designadamente no que se refere à qualificação especializada de recursos humanos e afetação de recursos financeiros.
Dotando as representações de Cabo Verde no exterior de recursos humanos e técnicos necessários à implementação da diplomacia económica e de desenvolvimento.

Fonte: Programa do Governo 2006-2011

Com a passagem para país de desenvolvimento médio, Cabo Verde, deixou de beneficiar das vantagens que a condição de país pobre lhe facultara, tais como os empréstimos concessionais a baixa taxa de juros, da mesma forma, dos benefícios que alguns programas das agências das Nações Unidas como o Programa Alimentar Mundial (PAM) tendem a diminuir “sendo previsível que a ajuda dos parceiros de desenvolvimento venha a reduzir-se, a médio e longo prazos”. (PGCV, 2011-2016)

A minimização da dependência das ajudas e dos fluxos externos torna-se cada vez mais explícito nos instrumentos de planificação do Governo de Cabo Verde. A

autossustentabilidade, o aumento das exportações e uma maior dinamização do mercado endógeno são as vias que o Governo terá que primar no sentido de atenuar essa dependência endémica “sem contudo ter a pretensão de substituir a importação” (Gonçalves, 2010). Por conseguinte, o modelo de desenvolvimento de Cabo Verde combina ainda com as particularidades de uma economia MIRAB (Migration, Remittances, Aid and Bureaucracy – Migração, Remessas, Assistência e Burocracia), termo criado por Geoff Bertram e Ray Watters referindo-se às economias cujo funcionamento é dependente das remessas dos emigrantes e da APD, estabelecendo um novo desafio as autoridades cabo-verdianas. João Estevão (cit. in Apolo, 2013, p. 77)

Em 2000 vislumbrou-se um investimento considerável na área política da diplomacia como estratégia de viabilização dos ganhos da diplomacia económica sob a égide da prossecução de parcerias estratégicas para o desenvolvimento. (Costa, sem data, p. 239) No entanto, Cabo Verde tem procurado aproveitar todas as oportunidades que se lhe apresentam para a promoção do desenvolvimento sustentado da sua economia, assim como para o entendimento pacífico e proveitoso entre as nações e os povos do planeta. (Pires, 2012)

O fundamento da diplomacia económica e de desenvolvimento baseia-se na plena articulação com o setor privado, no favorecimento do investimento privado estrangeiro, no acesso aos mercados e no financiamento do desenvolvimento, política direcionada ao fomento dos vários segmentos do mercado cabo-verdiano, de modo, a alavanca-los em prol da internacionalização, da atração do IDE de molde a incrementar as exportações, nos serviços, no turismo, materializando, a longo prazo, uma maior prosperidade económica, social de Cabo Verde, bem como uma maior promoção do país no mundo, na esteira da sua tradicional política externa, mantendo disponibilidade para continuar a contribuir, incondicionalmente, para a salvaguarda da paz e da segurança internacional, bem universal em benefício dos Estados.

3.2 A Relevância das Remessas dos Emigrantes no Desenvolvimento de Cabo Verde

A emigração é um dos eixos mais importantes da política externa do arquipélago, tendo em consideração a sua participação e contribuição efetiva no desenvolvimento económico-social do país, devido a relevância das remessas que enviam para o país. A emigração é outro setor que faz parte dos eixos principais da política externa do país. Tem vindo a merecer uma atenção especial nos programas dos sucessivos Governos de Cabo Verde.

Quadro 5: Política Externa de Afirmação das Comunidades cabo-verdianas no mundo

Mantendo um diálogo aberto e construtivo com as comunidades, particularmente os dirigentes, líderes, intelectuais, e agentes económicos, tendo em vista a forja de uma visão de longo prazo e a promoção de práticas com o objetivo de inserção e afirmação nas sociedades de acolhimento e de participação no desenvolvimento de Cabo Verde.
Estimulando a plena participação cívica e política nas sociedades de acolhimento, desenvolvendo parcerias inovadoras com todos os atores interessados e desenvolvendo um diálogo político-diplomático favorecedor de tal integração.
Adotando medidas que favoreçam a manutenção e o reforço da ligação a Cabo Verde das comunidades no exterior, para que se identifiquem cada vez mais com os valores da cultura cabo-verdiana, dando especial atenção as novas gerações.
Capitalizar ainda mais o papel das comunidades cabo-verdianas no aprofundamento das relações com os países de acolhimento, quer através de ações de promoção e defesa de interesses específicos de Cabo Verde junto de instâncias desses países.
Incentivando e apoiando iniciativas empresariais das comunidades cabo-verdianas em Cabo Verde, prestando-se particular atenção à melhoria e clarificação do quadro de incentivos, dentro de uma política global e coerente de promoção de investimentos.
Usando a nossa diplomacia para assegurar uma maior integração e participação das nossas comunidades emigradas e, por outro lado, para atender aos desafios para a nossa política externa que resultem da implementação de uma política nacional para a Imigração.
Reforçando o apoio às comunidades mais carenciadas, colocando a situação das mesmas na agenda do diálogo com as autoridades dos países de acolhimento respetivos.

Fonte: Programas do Governo (2006-2011 e 2011-2016)

Uma das medidas no sentido de apoiar e proteger os emigrantes cabo-verdianos espalhados pelos diversos países foi o acordo de segurança social, a abertura de representações diplomáticas e consulados. Preferencialmente esses serviços foram disponibilizados nos países onde as comunidades cabo-verdianas estão em maior número, para mantê-las informadas e ligadas a Cabo Verde, terra mãe, e apoiá-las na sua integração junto dos países de acolhimento.

O elevado número de comunidade cabo-verdiana nos diferentes países é um fator que condiciona as relações do arquipélago com os mesmos, o que faz com que esses países sejam os principais parceiros internacionais de Cabo Verde, com maior ênfase para a União Europeia e os EUA.

As representações diplomáticas e postos consulares não somente estão nos países onde as comunidades cabo-verdianas são mais expressivas, mas também figuram nos países com os quais Cabo Verde tem uma relação externa de cooperação privilegiada. Mas por outro lado, existe os países com quem Cabo Verde usufrui de uma relação privilegiada de cooperação e que são também parceiros importantíssimos no desenvolvimento do país, mas que por algum motivo, sobretudo, de cariz económica-financeira, que vá ao da instalação e manutenção de representações junto desses países ainda não dispõe de representações permanentes aí instaladas.

Para além de manter e reforçar o nível de relacionamento com os países onde já estão sediadas representações diplomáticas, o Governo por intermédio do Ministério das Relações Exteriores *ipsis verbis* o Ministério das Comunidades deverá reunir esforços no sentido de uma maior investidura e aproximação junto aos Estados onde não existe ainda missões permanentes e onde a proteção dos interesses nacionais assim o reivindica.

Necessariamente pelas razões acima referidas, na defesa e proteção dos interesses da comunidade cabo-verdiana no exterior o Estado de Cabo Verde aderiu e ratificou várias convenções internacionais e alguns acordos, entre os quais se destaca a Convenção de Viena sobre as Relações Diplomáticas.

No que diz respeito as remessas dos emigrantes, as mesmas podem ser definidas como o envio de recursos que inclui todo o tipo de donativos pessoais em dinheiro e em produtos pelos emigrantes, aos países de origem. As remessas dos emigrantes são de origens

externas, caracterizadas como sendo transferências unilaterais, para o crescimento e desenvolvimento económico de um país.

As remessas dos emigrantes além de representarem transferências das remunerações que os emigrantes enviam para os seus países de origem, podem ser individuais ou coletivas. Entende-se por remessas individuais a parcela de renda remetida pelos emigrantes aos familiares, diferentemente, das remessas coletivas que são montantes arrecadados pelas instituições e/ou associações ligadas ao setor da emigração (sem fins lucrativos) e doados para a realização de projetos sócio-económicos nos países de origem, como acontece com Cabo Verde. (Tavares, 2010)

As remessas dos emigrantes cabo-verdianos representam a principal fonte de receitas do país, contribuindo para o superavit da economia das Ilhas de Cabo Verde.

O contributo da diáspora no desenvolvimento de Cabo Verde não se circunscreve apenas no envio das remessas dos conterrâneos emigrados em termos monetários, mas representa um contributo vasto para o combate à pobreza, estende-se ao investimento privado através dos bens imobiliários²², acesso a educação básica, secundária e superior, desenvolvimento humano, formação da poupança familiar, etc.

As remessas dos emigrantes não se limitam única e exclusivamente as remessas monetárias efetuadas por canais formais, as transferências são transacionadas também por canais informais, que não envolvem contratos formais e, por conseguinte, difíceis, por vezes, improváveis, de serem registrados nas contas nacionais das economias recetoras. Os canais informais se vislumbram, mormente, nas relações pessoais (amigos e parentes).²³

No que tange as transferências monetárias formais incluem os serviços de transferência monetária oferecidos por Bancos, agências postais de correios, instituições financeiras não bancárias e agências para operação de transferência de dinheiro como Western Union e Money Gram Freud e Stapafora (cit. in Tavares, 2010, p. 93). Ora bem, uma percentagem significativa de mercadorias e divisas entra no país sem passar pelas entidades bancárias.

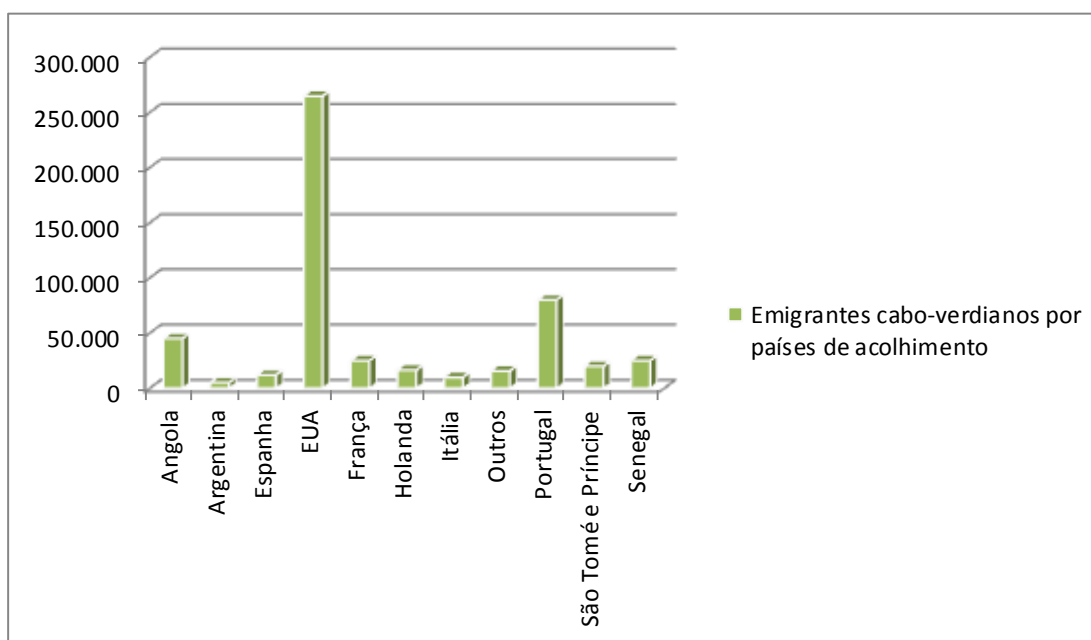
²² Em Cabo Verde os melhores empreendimentos habitacionais pertencem aos emigrantes, de igual forma um número considerável de empresas privadas, meios de transportes que facilitam ligações diárias entre as diferentes zonas e regiões tal e qual uma boa quota-parte das poupanças depositadas nos Bancos Nacionais.

²³ Em Cabo Verde esta prática é muito comum, o que implica que esse fluxo de capital que entra no país não é contabilizado no gross domestic product (GDP) ou produto interno bruto (PIB).

A emigração, desde muito cedo, foi uma das vias trilhadas para o sustento das famílias, principalmente pelos chefes das famílias. Corsino Tolentino divide a emigração cabo-verdiana em três fases, tendo como o fator principal a melhoria da qualidade de vida. (Tolentino, 2006). A primeira fase para os EUA como sendo a primeira escolha, desde de 1917; depois seguiu a fase africana (Senegal, Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe) e da América do Sul (Argentina, Brasil, Chile e Uruguai) nos anos 40 e 50, do século XX; e a terceira fase para a Europa (Portugal, Holanda, França, Luxemburgo e Itália) nos anos 60 e 70 do século XX.

A maior comunidade emigrante cabo-verdiana reside no continente americano e a segunda maior na Europa.

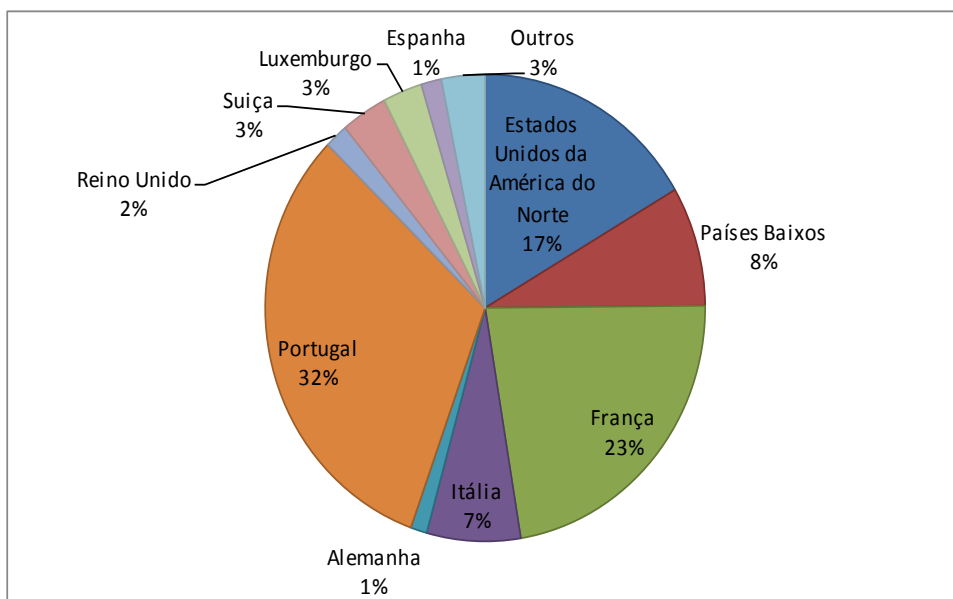
Gráfico 5: Principais Destinos da Emigração cabo-verdiana



Fonte: Instituto das Comunidades (cit. in Tolentino, 2006, p. 253)

A emigração cabo-verdiana, desde há muito, deu origem a laços de amizade com os naturais dos países de acolhimento, resultando por conseguinte como o segundo ponto de contato das relações externas de Cabo Verde. Necessariamente por estes motivos muitos dos países europeus e os EUA têm sido os maiores exportadores das remessas dos emigrantes para Cabo Verde.

Gráfico 6: Remessas dos Emigrantes (Janeiro a Setembro de 2013)



Fonte: Banco de Cabo Verde, 2013

O país desenvolveu-se muito, principalmente com as remessas enviadas pelos seus emigrantes, constituindo para as famílias a maior benesse de subsistência, realidade reconhecida pelos sucessivos Governos, as remessas dos emigrantes constituem uma das principais fontes de receitas para as famílias e um motor de desenvolvimento para o próprio país. As remessas funcionam como redes de segurança para as famílias, perante as falhas, por vezes graves, do sistema de saúde, da educação e da proteção social.

A maioria da população cabo-verdiana emigrada atualmente ultrapassa de longe os residentes nas Ilhas de Cabo Verde, pode-se inferir que quase toda a família cabo-verdiana tem parentes no exterior, beneficiando assim das remessas enviadas.

Todavia a emigração tem também consequências para o país de origem, que se prendem com a redução do capital humano, pela via do *brain drain*²⁴, isto é, a perda de quadros

²⁴ Fuga de capital humano, Fuga de cérebros, ou pelo seu termo em inglês, Brain Drain é uma emigração em massa de indivíduos com aptidões técnicas ou de conhecimentos, normalmente devido a fatores como ausência de recursos, falta de oportunidade para a pessoa mostrar o seu potencial, conflitos étnicos e guerras civis, riscos à saúde e instabilidade política nestes países. Uma fuga de cérebros é geralmente considerada

qualificados em algumas áreas específicas no país. Contudo, os benefícios positivos da emigração acabam por colmatar tais impactos e *a posteriori* traduzidos na boa relação externa com os demais países.

Existe duas grandes razões na origem da importância que é atribuída a problemática da emigração, por parte de Cabo Verde. A primeira, de base económica, prende-se com a preponderância das remessas para as contas do Estado e a segunda é iminentemente política e refere-se a participação política dos emigrantes. Existe uma necessidade de dar atenção maior as comunidades no exterior porque votam e elegem; contribuem para a eleição do Governo e do Presidente da República. Manuel Amante Rosa (cit. in Cardoso, 2004, p. 92) As questões da emigração estão *a montante e a jusante* de qualquer acordo que o país assina Álvaro Apolo (cit. in Cardoso, 2004, p. 92). Na verdade, faz todo o sentido adotar políticas que vão ao encontro dos anseios e dos interesses nacionais, mas, que, sobretudo, priorizam a emigração como sendo um dos eixos da política externa cabo-verdiana, não exclusivamente como uma estratégia de desenvolvimento, mas também, no sentido de implementar um conjunto de medidas concretas que cooperem para uma maior e melhor integração dos compatriotas nos países de acolhimento, assim com uma participação ativa nos assuntos internos do país de origem, como por exemplo a representação dos seus interesses assegurada pelos mais altos representantes da nação.

3.3 A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento de Cabo Verde

A cooperação para o desenvolvimento deve ser levado a cabo entre dois ou mais Estados, atores que agem conjuntamente através de ações, projetos, programas ou processos de modo a produzir efeito a favor das populações dos países menos avançados e em vias de desenvolvimento.

custosa economicamente, uma vez que os emigrados obtiveram suas formações de maneira patrocinada pelo Governo Nacional.

Frequentemente, as Ilhas de Cabo Verde têm vindo a exercer o *Soft Power*²⁵, conceito usado no realismo, teoria das relações internacionais, que refere o poder nacional (poder suave ou poder brando) que vem da diplomacia, cooperação, cultura e história, isto é, partindo do pressuposto da cooperação internacional, resultante da estratégia de internacionalização e desenvolvimento, a transmissão dos princípios e valores da cabo-verdianidade no mundo, boas práticas na política interna e externa, alicerçadas na práxis do respeito aos direitos humanos, da boa gestão da coisa pública, da consolidação e da eficácia no funcionamento das instituições políticas e democráticas. (Tavares, 2010, p. 147)

Cabo Verde aposta na cooperação de forma diversificada, quer seja no plano bilateral quer seja no plano multilateral, fazendo alusão ao argumento de (Pires, 2012, p. 403), apologista da via do diálogo entre culturas, da tolerância e do respeito das diferenças e da dignidade da pessoa humana é que se pode criar um clima universal favorável a paz que sustente a cooperação e a prosperidade para todos.

Pois bem, Cabo Verde integra o maior número possível de organizações internacionais de apoio ao desenvolvimento (CEDEAO, CPLP, OMC, ONU, OTAN, PALOP, UA) mantém relações de cooperação de carácter bilateral e multilateral com diversos parceiros tradicionais. A cooperação internacional para o desenvolvimento e a alocação dos recursos da ajuda externa, constitui, ainda a pedra angular de toda a política externa cabo-verdiana e ao longo desses quarenta anos da independência (1975-2015) foi caracterizada pela introdução da democracia e a boa governação, a consolidação do Estado de direito democrático, o respeito pelos direitos humanos, a promoção dos valores da paz e os ideais da democracia política, o combate a corrupção e a assunção de instrumentos e parâmetros internacionais da gestão eficiente da coisa pública.

A sobrevivência e afirmação internacional de Cabo Verde enquanto potência insular, arquipelágica e diaspORIZADA resulta, necessariamente do investimento profícuo na cooperação bilateral e/ou multilateral, por intermédio de negociações pacíficas como referência incontornável da sua política externa. (Costa, sem data, p. 234)

²⁵ O termo foi cunhado pela primeira vez por Joseph Nye. Também é usado em contraste o termo Hard Power (Poder Duro ou Coercivo). A junção do Soft Power em adição ao Hard Power se denota o Smart Power (Poder Inteligente).

A cooperação internacional é uma das vertentes essenciais da política externa, de modo, a alcançar os triunfos apetecidos, visto que, Cabo Verde continua dependente dos fluxos da ajuda internacional, o que implica uma cooperação internacional coerente e competente.

A cooperação e o desenvolvimento revestem de uma importância capital no âmbito das relações internacionais o que atribui uma tenacidade maior da parte de todos os atores da política externa. Ou seja a questão da cooperação e do desenvolvimento não se restringe apenas aos Estados, mas engloba as autarquias locais, a sociedade civil e as Organizações Não Governamentais (ONG's), propiciando uma participação mais eficiente e democrática de todos os quadrantes da sociedade no reforço da cooperação.

Para responder atempadamente aos problemas vitais com que se defrontam povos que vivem em situações de subdesenvolvimento, de modo a beneficiarem da interconetividade e da solidariedade internacionais. No plano bilateral, os principais parceiros de Cabo Verde são Portugal e os EUA, dois países que têm cooperado intensamente para o desenvolvimento do país, justificadas pelos laços históricos e culturais que interligam os mesmos continentes, legitimada também pela via da emigração e imigração²⁶ que permitiram as Ilhas de Cabo Verde estabelecerem relações profícuas com praticamente todos os países.

No tocante a cooperação descentralizada o arquipélago de Cabo Verde vem beneficiando de diversos apoios com as geminações entre os municípios do país com outras tantas autarquias de países estrangeiros, estabelecendo relações de amizade e de cooperação.²⁷

Por meio da seleção das áreas prioritárias da cooperação (económica, científica, técnica e a cultural) Cabo Verde tem procurado alargar o leque de cooperação com o maior número possível de países desenvolvidos, por forma, a estabelecer cooperações nas áreas acima referidas. Evocando (Costa, sem data, p. 256) as relações de cooperação assentam na manutenção e no alargamento de parceiros para o desenvolvimento, promovendo assim novas solidariedades e parcerias estratégicas centradas na defesa de valores e interesses

²⁶ Nos dias de hoje Cabo Verde tem sido também um país de imigração, é notável a quantidade de nacionais oriundos da costa africana no arquipélago, o mesmo se pode inferir pela larga percentagem de asiáticos, oriundos da China no país. Com realce na vertente comercial.

²⁷ Os acordos de geminação entre municípios são em Cabo Verde uma fonte de financiamentos e apoios essenciais à atividade autárquica. Por exemplo o primeiro município português a firmar um protocolo de geminação com a Câmara de São Vicente foi Oeiras, em Junho de 1988.

comuns aos Estados, coadjuvadas pelos princípios norteadores e modeladores das relações internacionais, contemporâneas. Em suma, a ação externa cabo-verdiana perfilha na promoção do país democraticamente estável, arrojada por uma diplomacia cúmplice da paz, dos direitos humanos e da legalidade internacional.

3.3.1 A Cooperação na Educação: A Formação Superior em Cabo Verde

Durante o período que vai entre 1975 a 2015, o balanço no que diz respeito a formação e a capacitação dos recursos humanos é positivo e satisfatório. Desde 1975, houve uma aposta clara, deliberada e consequentemente no capital humano como vantagem comparativa e competitiva a longo prazo, comprovando assim a discrepância das Ilhas de Cabo Verde face aos outros Estados, enquanto estes, arquitetavam estratégias de potencialização dos seus recursos naturais, Cabo Verde perfilhara como sua singularidade, a valorização dos seus recursos humanos e o reforço da sua credibilidade externa. (Costa, sem data, p. 256)

O progresso no setor educativo em Cabo Verde está paralelamente correlacionada com a política externa, quer sendo ao nível do ensino básico, secundário, de igual forma, no ensino superior. Ao nível do ensino básico e secundário, a cooperação externa permitiu a construção de escolas, fornecimento de materiais didáticos e a capacitação de docentes.²⁸

Em relação ao ensino superior, a cooperação internacional tem surtido efeito, com ênfase na formação no exterior de uma parcela considerável dos decisores políticos, dos quadros da função pública, sem contar os jovens que anualmente rumam para as universidades estrangeiras, ora pela via da atribuição de bolsas de estudo no estrangeiro, ora pela via de intercâmbios e *erasmus*²⁹.

Com a emergência de alguns estabelecimentos de ensino superiores nacionais, o Governo tende a cambiar de estratégia, incentivando os alunos a optarem pelas ofertas educativas nacionais, pela via da atribuição de bolsas, implementando alguns critérios rigorosos na

²⁸ Muitas escolas em Cabo Verde foram construídas no âmbito da cooperação de Cabo Verde com estes países, podemos mencionar como exemplo, a cooperação luxemburguesa.

²⁹ Foi estabelecido em 1987, é um programa de apoio interuniversitário de mobilidade de estudantes e docentes do Ensino Superior entre Estados membros da União Europeia e Estados associados e que permite a alunos que estudem noutros países por um período de tempo entre três e doze meses. Também designado de protocolo erasmus, ação erasmus ou ainda programa erasmus.

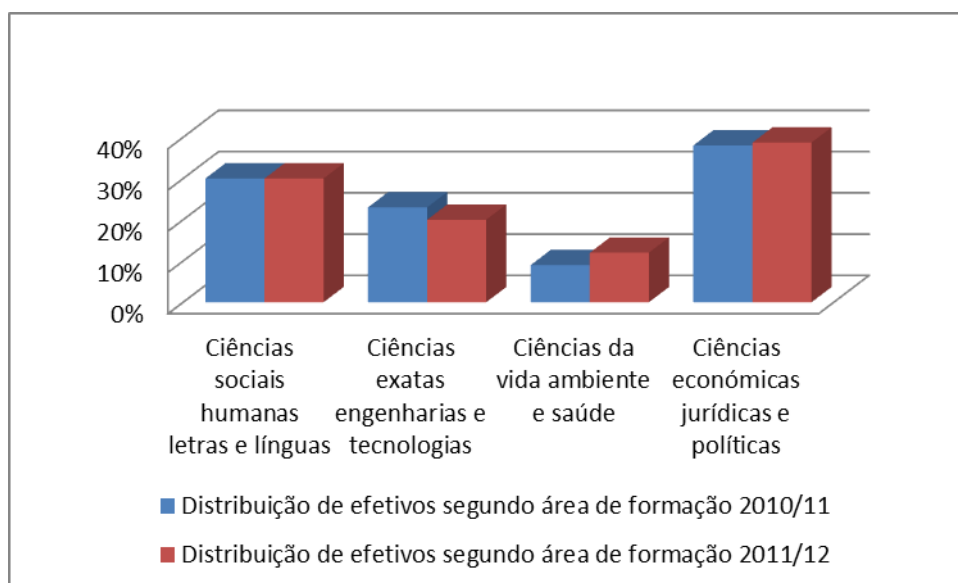
concessão de bolsas de estudo para a formação académica no exterior, à começar pela introdução de provas de acesso ao ensino superior, não atribuindo bolsas de estudo no estrangeiro para os cursos que são lecionados no país.

O mesmo se pode dizer em relação as autarquias locais que têm vindo a atribuir bolsas de estudos para a formação académica no país, incentivando os alunos a optarem pelas ofertas educativas nacionais. E no exterior, por intermédio da cooperação descentralizada.

Com o crescimento da oferta educativa nacional, a cooperação internacional vem contribuindo na prestação de apoios na formação nacional. Alguns docentes estrangeiros doutorados estão a lecionar em Cabo Verde, o mesmo se pode inferir dos muitos cursos que contam com a colaboração das universidades estrangeiras.

Contudo, a disparidade existente entre o número de alunos nas áreas das ciências económicas, jurídicas e políticas, e na área das ciências sociais, humanas letras e línguas bem como na área das ciências exatas, engenharias e tecnologias tem sido evidente em relação ao número de alunos nas áreas das ciências da vida, ambiente e saúde, conforme se pode visualizar no seguinte gráfico.

Gráfico 7: Distribuição de efetivos segundo área de formação



Fonte: Ministério do Ensino Superior Ciência e Inovação, 2013

Esta discrepância poderá ser reestabelecida através do acompanhamento e aconselhamento, pela via das orientações profissionais e vocacionais aos alunos, na escolha das áreas do

terceiro ciclo do ensino secundário (ciências económicas, ciências sociais e humanas e/ou ciências e tecnologias) para *a posteriori* a escolha do curso. É visível a falta de informação e orientação dos alunos quando efetuam as suas escolhas, paradoxalmente, existe um *superavit* de alunos, repugnarem a escolha da área das ciências exatas, por julgarem ser as mais difíceis e refugiando na área das ciências sociais e humanas por suspeitarem ser as mais fáceis.³⁰

Num país profundamente marcado pela emigração, a missão das universidades são cruciais, tendo características peculiares, de referir que uma das funções primordiais das instituições universitárias nos países em desenvolvimento é precisamente a criação, a fixação e atração de competências, lutando contra a escassez, o desperdício e a fuga de cérebros. (Tolentino, 2006, p. 398)

Quadro 6: Áreas Prioritárias para o Desenvolvimento de Cabo Verde

Ciências da Educação - Formação de Professores (incluindo educação especial e desporto).
Ciências Políticas e Relações Internacionais - Cientistas Políticos e Diplomatas de Carreira.
Engenharias - Civil, Mecânica, Eletrônica e Informática
Economia - Gestão e Administração Pública, Gestão Pública e Empresarial, Finanças, Turismo, Hotelaria e Restauração, Ordenamento do Território e Gestão das Cidades.
Ciências da Terra - Agronomia, Pecuária, Ambiente, Recursos Naturais e Energias Renováveis.
Ciências do Mar
Ciências da Saúde.
Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

Fonte: (Tolentino, 2006, p. 340) adaptado pelo autor.

³⁰ As orientações profissionais e vocacionais deverão ser obrigatórias e não facultativas, porque a maioria dos alunos acabam por desistir desses acompanhamentos, umas vezes por razões de altruísmo dos próprios estudantes, noutras pelo fato dessas aulas ocorrerem fora do plano curricular agravadas ainda com a não existência de avaliações periódicas ou caso existir a mesma não consta no programa curricular. Por ser uma orientação «extra curricular» e não uma disciplina.

A atribuição de bolsas aos alunos com notas elevadas acaba por beneficiar, de alguma forma, os alunos dos centros urbanos, que, na maior parte das vezes, são alunos que pertencem a famílias instruídas, com recursos financeiros e com mais acesso a informação.

Na verdade, a política educativa do envio de estudantes para as universidades estrangeiras, nomeadamente através da concessão de bolsas de estudos ter-se-ão concentradas mais nos centros urbanos do país. Esta realidade se verifica maioritariamente por causa das assimetrias existentes entre o meio urbano e o rural.

Para atenuar esta discrepância o Governo tem vindo a desenvolver esforços tendentes a criação de infra-estruturas convencionais e apostar fortemente nas novas tecnologias de informação e comunicação, de modo a edificação de um sistema de ensino superior com enfoque na formação à distância como meio de redução de assimetrias.

CONCLUSÃO

Com o advento da soberania do Estado, em conexão com o Tratado de Vestefália (1648), as relações internacionais ganharam mais vigor, a política externa aprimorou-se com mais afinco, aproximando os sujeitos internacionais.

Com a independência, em 1975, Cabo Verde passou a fazer parte do sistema internacional, como Estado independente, soberano, com capacidade de guiar a sua política externa. Alcançou legitimidade e legalidade para se relacionar com outros sujeitos internacionais, apesar de o país ter conquistado a sua independência num momento muito conturbado a nível internacional por causa do embate Leste/Oeste (EUA/URSS), nascendo, deste modo, o pragmatismo da sua política externa, socorrida pelo mundo não-alinhado. Eis a questão de base, com os interesses nacionais estando numa perspetiva supra e as afinidades/divergências ideológicas numa perspetiva infra.

No que tange à estabilidade política e social, veiculada pela prática da democracia e, consequentemente, da boa governação, estas têm resultado num ativo para Cabo Verde, isto é, na atração do investimento direto estrangeiro (IDE). O mesmo se pode deduzir da cultura, na medida em que Cabo Verde tem sido projetado além-fronteiras pela via musical. Ora, neste cenário, a cultura tem vindo a ganhar vez e voz na projeção das ilhas, interna e externamente, como mostra o facto de a cultura ter vindo a conquistar o seu espaço nos programas dos sucessivos Governos.

Nestes quarenta anos de independência política (1975-2015), uma das marcas da política externa do país tem sido o seu constante pragmatismo, articulado por uma diplomacia da paz, em conformidade com os trâmites das relações internacionais, advogadas por uma maior e melhor inserção do arquipélago no mundo. Cabo Verde tem almejado ser uma potência insular com uma política externa de país desenvolvido, com políticas próprias ligadas às políticas internacionais.

Com a passagem de Cabo Verde à categoria de país de desenvolvimento médio, muitas foram as mudanças ocorridas no país, a começar pela autossustentabilidade na geração de riquezas próprias para o desenvolvimento. Daí as razões da mudança do discurso do Executivo, validadas por uma diplomacia económica, que tem vindo a ganhar cada vez mais persistência no ideário da política externa, tendo em consideração a captação e

mobilização do investimento externo, o acesso aos mercados, a inserção dinâmica do país na economia mundial, por forma a atingir o escalão de país desenvolvido.

Paralelamente à diplomacia económica, figura a diáspora cabo-verdiana, que, de uma forma ou de outra, é também cúmplice na atração de investimentos para o crescimento e desenvolvimento económico e social de Cabo Verde. Não só a diáspora pode e deve contribuir com transferências monetárias, mas também os próprios líderes políticos, o Estado de Cabo Verde, em concertação com os países onde exista uma comunidade cabo-verdiana emigrada, devem implementar políticas conjuntamente, não unicamente como sendo letras da lei, mas inclusivamente como sendo espírito da lei, para uma maior e melhor inserção dos concidadãos. Não meramente por serem estes emigrantes da diáspora os principais intermediários dos fluxos monetários e das receitas, mas também por serem nacionais cabo-verdianos conhecedores da realidade das ilhas de Cabo Verde.

Cabo Verde, em matéria de cooperação, sempre mostrou ser um país aberto ao mundo, abrangendo os laços históricos e culturais com os principais parceiros para o seu desenvolvimento, situação que permitiu relações de cooperação com vantagens mútuas para ambos os países. Aliás, esta é uma das premissas que sempre vigorou no ideário da política externa do país, multiplicando e diversificando os parceiros, colhendo frutos de iniciativas de cooperação nas mais diversas áreas, de modo especial no domínio da educação, a par de um forte investimento na capacitação dos seus recursos humanos, no desenvolvimento humano, ou melhor, no *brain gain*³¹.

Faz todo o sentido a diáspora cabo-verdiana a par com a afirmação de Cabo Verde no mundo constituírem os eixos da política externa do arquipélago.

Como forma de responder à pergunta de partida, concluímos que as hipóteses aventadas no início se confirmam. Ou seja, a política externa tem sido a principal rubrica para o desenvolvimento socioeconómico do arquipélago. Cabo Verde tem usado a política externa como meio para a obtenção da paz e cooperação para o desenvolvimento socioeconómico das ilhas. Desde a proclamação da independência nacional que os decisores políticos

³¹ É o fenómeno inverso do *brain drain*, ou seja, *brain gain* é ganho de cérebros, que ocorre quando há um fluxo de imigração e pessoas tecnicamente qualificadas para o país, também trazendo consequências financeiras. O termo foi criado pelo Royal Society para descrever a imigração de cientistas e tecnólogos para a América do Norte na sequência do pós-guerra na Europa.

tiveram a clarividência de perceber que, para conseguir o patamar de desenvolvimento almejado, a política interna tinha de estar em articulação com a política externa, ambas estimuladas pelos mecanismos da boa governação, democracia, direitos humanos, estabilidade política e social, alicerçadas na transparência e coerência dos recursos existentes no país e, em grande escala, nos recursos exteriores alcançados por meio da boa gestão da coisa pública.

Assim sendo, podemos inferir que o objetivo do trabalho foi alcançado, provando e comprovando que a política externa tem sido a principal rubrica para o desenvolvimento socioeconómico do arquipélago e que Cabo Verde a tem usado como meio para a obtenção da paz e cooperação para o desenvolvimento socioeconómico do país.

Porém, temos de elucidar que não foi possível obter alguma bibliografia em Cabo Verde, assim como não realizamos entrevistas, como pretendíamos inicialmente, por falta de disponibilidade de algumas personalidades ligadas à diplomacia de Cabo Verde. Por razões de vária ordem, também não foi possível obter informações junto do Ministério das Relações Exteriores de Cabo Verde e do Ministério das Comunidades, o que tornaria o trabalho de investigação mais rico, situação que, no entanto, não serviu de pretexto ao desânimo; muito pelo contrário, terá servido de estímulo, provando que, mesmo com pouca bibliografia e informação, é possível fazer um trabalho de investigação.

Para terminar, concluímos que a política externa tem sido a principal via para colmatar e atenuar as vulnerabilidades singulares do país, embora com forte pendor para os continentes europeu e americano, o que obviamente é justificado pelas escolhas típicas do fenómeno da emigração e pelos laços históricos e culturais que unem as ilhas de Cabo Verde a estes dois continentes, sobretudo pelo item da *miscigenação*, que está na origem do povo cabo-verdiano.

BIBLIOGRAFIA

- Apolo, R. (2013). *Cabo Verde: O Papel da Política Externa na Projeção Internacional e Desenvolvimento de um Pequeno Estado Arquipélago*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Capoco, Z. (2013). *História das Relações Internacionais e da Diplomacia*. Lisboa: Lobito: Escolar Editora.
- Cardoso, K. A. (2004). *Diáspora: A (Décima) Primeira Ilha - A Relação entre a Emigração e a Política Externa Cabo-Verdiana*. Lisboa: Instituto Superior da Ciência do Trabalho e da Empresa.
- Cardoso, S. (2011). *A Importância da Diáspora na Política Externa de Cabo Verde*. Braga: Universidade do Minho - Escola de Economia e Gestão.
- Cultura, M. d. (2005). *Cabo Verde 30 Anos de Cultura 1975-2005*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro (IBNL).
- Évora, R. (2004). *Cabo Verde - A Abertura Política e a Transição para a Democracia*. Praia: Spleen Edições.
- Foundation, M. I. (2014). *Ibrahim Index*. Mo Ibrahim Foundation.
- Gonçalves, A. M. (2010). *Política Externa de Cabo Verde de 1975 a 2008*. Lisboa: Universidade Lusíada de Lisboa.
- Governo. (1995-2000). *Programa do Governo de Cabo Verde*. Praia.
- Governo. (2006). *Programa do Governo para a VII Legislatura 2006-2011*. Praia.
- Governo. (2011-2016). *Programa do Governo de Cabo Verde para a VIII Legislatura*. Praia.
- Inovação, M. d. (2013). *Anuário Estatístico*. Praia: Ministério do Ensino Superior Ciência e Inovação.

- Lopes, J. V. (1996). *Os Bastidores da Independência*. Praia - Mindelo: Instituto de Camões, Cantro Cultural Português.
- Lopes, J. V. (2012). *Aristides Pereira: Minha Vida, Nossa História*. Praia: Spleen edições.
- Moita, L. (2012). *Uma Releitura Crítica do Consenso em Torno do "Sistema Vestefaliano"*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa.
- Nacional, A. (2010). *Constituição da República de Cabo-Verde*. Praia: Divisão de Documentação e Informação Parlamentar.
- Nascimento, L. (2008). *Investimento Direto Estrangeiro em Cabo Verde*. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- Neves, J. M. (2002-2005). *AS Grandes Opções do Plano*. Praia: Gabinete do Primeiro Ministro.
- Neves, J. M. (2010). *Uma Agenda de Transformação para Cabo Verde*. Lisboa: Letras Várias - Edição e Arte, Lda.
- Pires, P. d. (2012). *O Meu Compromisso com Cabo Verde*. Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde.
- Silva, S. V. (2012). *Introdução às Relações Internacionais*. Lisboa: Escolar.
- Sousa, F. (2005). *Dicionário de Relações Internacionais*. Porto: Afrontamento.
- Tavares, A. d. (2010). *A Importância Da Política Externa No Processo De Desenvolvimento: O Caso Paradigmático de Cabo Verde*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Tavares, P. V. (2010). *Remessas dos Trabalhadores Emigrantes e Impactos Econômicos: Evidências para Cabo Verde*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Tolentino, A. C. (2006). *Universidade e Transformação Social nos Pequenos Estados em Desenvolvimento: O Caso de Cabo Verde*. Lisboa: Universidade de Lisboa.

Unit, T. E. (2014). *Democracy Index*. The Economist Intelligence Unit Limited 2015.

Verde, B. d. (2013). *Relatório de Política Monetária*. Praia: Departamento de Estudos Económicos e Estatísticas.

Verde, I. N. (2011). *Estatísticas do Turismo – Movimentação de Hóspedes*. Praia: Instituto Nacional de Estatística.

Vieira, A. (2012). *Política Externa Contemporânea de Cabo Verde: A Aposta na Política Externa como Motor de Desenvolvimento*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.

WONDJI, A. A. (2010). *História Geral da África . Volume VIII*. Brasília: UNESCO NO Brasil.

WEBGRAFIA

Cesária Évora. [Em linha]. Disponível em <<http://cesariaevora.sapo.cv/biografia/>>. [Consultado em 23 de Maio de 2015].

Cesária Évora. [Em linha]. Disponível em <<http://cesariaevora.sapo.cv/biografia/artigo/1190029.html> PAM>. [Consultado em 23 de Maio de 2015].

Costa, S. (s.d.). *Política Externa Cabo-Verdiana na Encruzilhada Atlântica: entre a África, a Europa e as Américas*. [Em linha]. Disponível em <http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/Doc_trabalho/16-SuzanoCosta.pdf>. [Consultado em 26 de Junho de 2015].

Diplomacia cabo-verdiana: “País pequeno com política externa de país grande”. [Em linha]. Disponível em <<http://noticias.sapo.cv/info/artigo/1059963.html>>. [Consultado em 13 de Maio de 2015].

Economist Index Unit. [Em linha]. Disponível em <www.asemana.publ.cv/spip.php?article71334>. [Consultado em 26 de Maio de 2015].

Gonçalves, W. (s.d.). *Relações Internacionais*. [Em linha]. Disponível em <http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/Textos_Elet/pdf/WilliamsRR.II.pdf>. [Consultado em 26 de Junho de 2015].

Graça, J. A. (s.d.). *A Génese da Política Externa Cabo-Verdiana*. [Em linha]. Disponível em <[file:///C:/Users/USER/Downloads/a-genese-da-politica-externa-cabo-verdiana%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/USER/Downloads/a-genese-da-politica-externa-cabo-verdiana%20(1).pdf)>. [Consultado em 26 de Março de 2015].

Localização Geoestratégica de Cabo Verde. [Em linha]. Disponível em <www.momentosdehistoria.com>. [Consultado em 17 de Maio de 2015].

Ministro da Cultura personalidade do ano. [Em linha]. Disponível em <<http://www.embcv.be/pt/8-noticias/106-ministro-da-cultura-de-cabo-verde-distinguido-como-personalidade-do-ano-pela-womex>>. [Consultado em dia 19 de Maio de 2015].

Mo Ibrahim. [Em linha]. Disponível em <<http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article46062>>. [Consultado em 26 de Maio].

Pedro Pires. [Em linha]. Disponível em <https://www.google.com/search?hl=pt-PT&site=imghp&tbm=isch&source=hp&biw=1024&bih=499&q=pedro+pires+recebendo+premio+mo+ibrahim&oq=pedro+pires+recebendo+premio+mo+ibrahim&gs_l=img.3...3579.19031.0.19681.41.12.1.27.28.0.333.1408.2-4j1.5.0...0...1ac.1.64.img..34.7.1480.s-m-fB1J98k#imgsrc=ZB5DNvIIU1GHcM%3A>. [Consultado em 26 de Junho de 2015].

Rotas_Cabo_Verde.JPG. [Em linha]. Disponível em <<http://www.momentosdehistoria.com/>>. [Consultado em 22 de Junho de 2015].